



Universidade da Beira Interior

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia e Educação

**“Influência dos Estilos Parentais no
Desenvolvimento do Comportamento Criminal dos
Reclusos”**

Andrea Venícia Santos Reis Silva

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA À UNIVERSIDADE DA
BEIRA INTERIOR COMO REQUISITO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE (2º CICLO) EM PSICOLOGIA, NA ÁREA DE CLÍNICA E DA
SAÚDE

Covilhã, 2010



Universidade da Beira Interior

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia e Educação

**“Influência dos Estilos Parentais no
Desenvolvimento do Comportamento Criminal dos
Reclusos”**

Andrea Venícia Santos Reis Silva

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA À UNIVERSIDADE DA
BEIRA INTERIOR COMO REQUISITO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE (2º CICLO) EM PSICOLOGIA, NA ÁREA DE CLÍNICA E DA
SAÚDE

Covilhã, 2010

Dissertação de Mestrado realizada sob orientação da Prof^a. Doutora Maria de Fátima de Jesus Simões apresentado à Universidade da Beira Interior para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia, registado na DGES sob o 9463.

AGRADECIMENTOS

No presente percurso de aprendizagem e enriquecimento pessoal, existiram algumas pessoas com um papel determinante. A todos o meu muito obrigado!

À orientadora, Professora Doutora Fátima Simões, pelas aprendizagens que me proporcionou, à supervisora, Dra. Cília Martins, pela atitude pautada pela compreensão, apoio e incentivo ao longo do presente trabalho. À Sr.^a Directora Dr.^a Ângela Portugal por ter autorizado a realização desta dissertação. Aos restantes funcionários e técnicos que facilitaram a minha adaptação ao EPCB.

À minha família, em particular, aos meus pais e à minha irmã. Ao Pedro, pela paciência e suporte demonstrado ao longo deste tempo.

E muito especialmente à minha fonte de inspiração, o Bernardo!

A todos um Bem Haja!

RESUMO

A presente investigação procura contribuir para um conhecimento mais aprofundado de uma problemática complexa – os estilos parentais e o desenvolvimento do comportamento criminal. Procura-se compreender em que medida os estilos parentais estão relacionados e influenciam o desenvolvimento do comportamento criminal de reclusos, controlando pelas características sócio-demográficas e antecedentes familiares dos sujeitos.

O estudo engloba a população reclusa do Estabelecimento Prisional de Castelo Branco. Trata-se de um estudo de natureza descritiva e correlacional. O instrumento utilizado para a recolha de dados foi um questionário desenvolvido por G. Parker, H. Tupling, L. Brown, em 1979, traduzido para o português, por Américo Baptista, em 1986, *Parental Bonding Instrument*, traduzido para Questionário de Ligação Parental.

Os resultados indicam a existência de diferenças estatisticamente significativas nas escalas de Cuidado e Superprotecção face às figuras paterna e materna. Conclui-se que existe um controlo afectivo associado à figura da mãe e um controlo sem afecto associado à figura do pai. Os resultados também indicam que quanto mais elevada é a pontuação na escala de superprotecção percebida dos reclusos relativamente às mães, maior é o número médio de prisões registadas pelos reclusos.

Palavras-Chave: Estilos Parentais; Comportamento Criminal; *Parental Bonding Instrument*

Abstract

This research seeks to contribute to a deeper understanding of a complex problem - the parenting styles and the development of criminal behaviour. Seeks to understand the extent to which parenting styles are related and influence the development of criminal behaviour of inmates, controlling for demographic characteristics and family history of the subjects.

The study includes the prison population in Prison Castelo Branco. This is a study of descriptive and correlational. The instrument used for data collection was a questionnaire developed by G. Parker, H. Tupling, L. Brown, in 1979, translated into Portuguese, by Américo Baptista in 1986, Parental Bonding Instrument, translated Liaison Parental Questionnaire.

The results indicate the existence of statistically significant differences in the care and overprotection scales against the paternal and maternal figures. We conclude that there is an emotional control associated with the mother figure and a control without affection associated with the father figure. The results also indicate that the higher the score on the scale of perceived overprotection of prisoners in relation to mothers, the higher the average number of arrests recorded by the inmates.

Key- words: Parental Styles; Criminal Behavior; Parental Criminal Bonding Instrument

ÍNDICE

Agradecimentos	
Resumo	
Abstract	
Índice.....	I
Índice de Tabelas	
Índice de Gráficos	
Índice de Anexos	
Introdução.....	1
Capítulo I	
Corpo Teórico.....	3
1.1 Família e Estilos Parentais.....	3
1.2 Delinquência e Crime.....	9
1.3 Estudos.....	13
Capítulo II	
Corpo Empírico.....	18
2.1 Apresentação do Estudo.....	18
2.1.1 Objectivos.....	18
2.2 Planificação.....	19
2.2.1 Tipo de Estudo.....	19
2.2.2 Hipóteses.....	19
Capítulo III	
Metodologia.....	22
3.1 Participantes.....	22
3.2 Material.....	23
3.2.1 Parental Bonding Instrument.....	23
3.2.2 Grelha de Registo Criminal.....	24
3.2.3 Guião de Entrevista.....	25
3.3 Operacionalização das Variáveis.....	25
3.4 Procedimentos.....	27

3.5 Análise Estatística.....	28
Capítulo IV	
Resultados.....	31
4.1 Caracterização dos Indivíduos em Estudo.....	31
4.1.1 Características Sócio-Demográficas e Antecedentes Familiares.....	31
4.2 Caracterização do Questionário Parental Bonding Instrument.....	37
4.3 A Associação entre Antecedentes Individuais e Familiares Desviantes e os Estilos Parentais percebidos pelos Reclusos.....	41
4.4 A Influência dos Estilos Parentais no Desenvolvimento do Comportamento Criminal dos Reclusos.....	45
Capítulo V	
Discussão dos Resultados.....	49
Conclusão.....	54
Referências Bibliográficas.....	56

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: População reclusa do EPCB em 2009	23
Tabela 2: Ficha Técnica do Trabalho de Campo	28
Tabela 3: Estatísticas Descritivas das Características Individuais	31
Tabela 4: Estatísticas Descritivas da Composição Familiar	32
Tabela 5: Distribuição dos reclusos segundo o tipo de crime	35
Tabela 6: Estatísticas descritivas do tempo de pena (em meses) dos reclusos inquiridos.	35
Tabela 7: Estatísticas descritivas da idade com que cometeu o primeiro delito.....	36
Tabela 8: Estatística de Fiabilidade	37
Tabela 9: Estatísticas descritivas associadas às escalas de Cuidado e Superprotecção do PIB	37
Tabela 10: Tabela de contingência – Cuidado mãe * Superprotecção mãe	40
Tabela 11: Tabela de contingência – Cuidado pai * Superprotecção pai	40
Tabela 12: Percepção de Cuidado e Superprotecção segundo os Pais	40
Tabela 13: Teste Mann-Whitney para comparação de Médias das Escalas de Cuidado e Superprotecção segundo Reincidência	41
Tabela 14: Médias das Escalas de Cuidado e Superprotecção segundo Reincidência.....	42
Tabela 15: Percepção de cuidado dos pais segundo características dos reclusos.....	42
Tabela 16: Percepção de superprotecção dos pais segundo características dos reclusos ..	42
Tabela 17: Reincidência e Tipo de crime segundo o Meio de Proveniência.....	43
Tabela 18: Correlação entre Características Individuais dos reclusos e Antecedentes familiares	44
Tabela 19: Correlação entre a Idade dos reclusos e o tempo de pena e reincidência.....	45
Tabela 20: Síntese do modelo de regressão.....	45
Tabela 21: Análise de Variância (ANOVA) da Regressão	46
Tabela 22: Coeficientes da regressão para o modelo	46

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos Reclusos segundo a existência de delitos cometidos pelos familiares próximos	33
Gráfico 2: Antecedentes individuais e familiares dos reclusos relativamente ao consumo de bebidas alcoólicas ou drogas	33
Gráfico 3: Distribuição das Visitas à Instituição	34
Gráfico 4: Distribuição dos reclusos segundo o primeiro tipo de delito cometido	36
Gráfico 5: Diagramas de Extremos e Quartis das Escalas de Estilos Parentais	39

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1: Questionário de Ligação Parental – PBI.....	62
Anexo 2: Guião da Entrevista.....	65
Anexo 3: Grelha de Registo Criminal.....	67

INTRODUÇÃO

Steinberg (2000, *in* Reppold, Pacheco, Bardagi & Hutz, 2002) considera que a família é responsável pelo processo de socialização da criança, por meio do qual estas adquirem comportamentos, habilidades e valores apropriados e desejados na sua cultura.

Darling & Steinberg (1993, *in* Musitu, Estévez, Jiménez & Herrero, 2007) definem estilo parental como uma constelação de atitudes face aos filhos que, consideradas conjuntamente, criam um clima emocional em que se expressam os comportamentos dos pais. De acordo com Musitu, et al. (2007), estes comportamentos têm como objectivo atingir a meta da socialização, ou seja, inculcar no filho um conjunto de valores, crenças, costumes culturais, assim como contribuir para o desenvolvimento de competências sociais, pensamento crítico e independência.

Dado o seu papel fulcral na socialização das crianças e dos adolescentes, a família tem sido encarada como um agente decisivo no desenvolvimento da delinquência (Glueck & Glueck, 1950; Hirschi, 1969; Patterson, 1982; Sampson & Laub, 1993, *in* Naplava & Oberwittler, 2002). De facto, muitas teorias da delinquência, de acordo com Naplava & Oberwittler (2002), focalizam-se na estrutura familiar, na interacção pais-filhos e nos estilos educativos dos pais.

Musitu, et al. (2007) consideram que o estilo parental que os pais utilizam parece exercer uma importante influência no comportamento dos filhos, e é um dos factores mais relevantes para prever o primeiro delito na adolescência. Segundo os mesmos autores, esta é a conclusão a que chegaram numerosos investigadores depois de estudar a relação existente entre as características de um determinado estilo parental e as consequências psicológicas e comportamentais observadas nos filhos.

O objectivo do estudo aqui proposto visa analisar a influência de diferentes estilos parentais no desenvolvimento do comportamento criminal de reclusos, controlando pelas características sócio-demográficas e antecedentes familiares dos sujeitos.

CAPÍTULO I

CORPO TEÓRICO

1.1 Família e Estilos Parentais

A partir da revisão da literatura, Robinson, Haydes & Mantz-Simons (2000, *in* Reppold, et al., 2002), referem que a **família** é mencionada tanto como um agente protector, quanto como um agente de risco. Essa aparente ambiguidade justifica-se ao considerar que a família é o grupo social primário do indivíduo, determinante no seu desenvolvimento e que as relações entre pais e filhos são caracterizadas por uma enorme complexidade.

Além de ser o alicerce base da sociedade, a família é de acordo com Goleman (1995), a primeira etapa de socialização da criança, é o contexto educativo onde ela assimila e sente as normas, valores sociais, culturais e valores emocionais. A família é um pilar de aprendizagem que produzirá na criança um processo de desenvolvimento cognitivo, sensorial, motor e afectivo. Na medida em que segundo o mesmo autor, a vida familiar é a nossa primeira escola de aprendizagem emocional.

De facto, a família é a principal influência socializadora, é nela que se transmitem os conhecimentos, papéis sociais e normas de uma geração para a outra, é de referir ainda que a palavra e o exemplo têm implicação na personalidade do adolescente, uma vez que a criança passa por períodos de crescimento e desenvolvimento através da educação (Anicama, 1999; Ugarte, 2001, *in* Sánchez, Zapata, et al., 2008).

A relação pais – criança ocupa um aspecto central no desenvolvimento da pessoa saudável (Grych, Jouriles, Swank, McDonald & Norwod, 2000). Barton, Dielman & Cattell (1977), afirmam que para a criança, o mundo gira à volta dos seus pais, das suas crenças, comportamentos, medos e expectativas.

Ferreira (1997) defende que quando há uma relação salutar entre pais e filhos, quando o funcionamento da família é funcional, *“os laços familiares inibem ou controlam a delinquência porque o adolescente não quer pôr em causa as relações positivas que mantém com os pais”* (p. 920). O mesmo autor considera que quando a estrutura familiar se desagrega ou sofre

modificações, o seu poder de influência e supervisão sobre o comportamento dos jovens diminui substancialmente.

Musitu & García (2004, *in* Musitu, et al., 2007) consideram que a família é uma faca de dois gumes: por um lado pode ser fonte de bem-estar, satisfação e aprendizagem para todos os seus membros, mas por outro lado, também pode constituir um factor de risco que predisponha ao desenvolvimento de problemas de desajuste dos seus membros. Os mesmos autores referem que em diferentes investigações tem-se constatado que um ambiente familiar positivo, caracterizado por uma comunicação aberta e pela presença de afecto e apoio entre pais e filhos é um dos factores mais importantes para o bem-estar psicossocial dos filhos. Dekovic, Wissink & Meijer (2004, *in* Musitu, et al., 2007) consideram que um ambiente negativo, com frequentes conflitos e tensões, dificulta o bom desenvolvimento dos filhos e aumenta a probabilidade de que surjam problemas de disciplina e de comportamento.

Desde a década de 30, no século XX, que de acordo com Darling & Steinberg (1993, *in* Weber, Prado, Viezzer & Brandenburg, 2004), os cientistas se têm inquietado com questões como “Qual a melhor forma de educar os filhos?” e “Quais são as consequências que podem ser provocadas no desenvolvimento das crianças educadas por diferentes modelos de pais?”

Os **estilos parentais** podem ser definidos, segundo Darling & Steinberg (1993, *in* Teixeira & Lopes, 2005), como um conjunto de atitudes e práticas relacionadas às questões de poder, hierarquia, apoio emocional e estímulo à autonomia que os pais têm para com os seus filhos, e que espelham em grande parte os valores que os pais consideram importantes e que tentam transmitir aos filhos através de suas práticas educativas. É importante salientar, segundo Darling & Steinberg (1993, *in* Teixeira & Lopes, 2005), que os estilos referem-se não apenas aos comportamentos específicos dos pais (comportamentos de controle e exigência ou apoio e incentivo), mas principalmente às suas atitudes mais gerais em relação aos filhos, ou seja, aos seus objectivos com o processo de educar.

Pourtois (1984, *in* Born (2005) definiu o conceito de *parenting* como uma ideia relativa às práticas educativas necessárias ao crescimento da criança. Trata-se do exercício de funções psicossociais e pedagógicas que englobam todos os papéis educativos que uma pessoa com ou sem relação de parentesco pode adoptar durante a sua vida.

Darling & Steinberg (1993, *in* Weber, Prado, et al., 2004) ressaltaram a importância de se manter clara a diferença entre “estilo” parental e “práticas” parentais. Segundo Alvarenga (2001, *in* Weber, Prado, et al., 2004), as práticas parentais equivalem a comportamentos definidos por conteúdos específicos e por finalidades de socialização, diferentes práticas parentais podem ser equivalentes para um mesmo efeito no filho. As práticas são estratégias com o objectivo de extinguir comportamentos considerados inadequados ou de incentivar a ocorrência de comportamentos adequados. Reppold, et al. (2002, *in* Weber, Prado et al., 2004) referem que os pais podem utilizar a combinação de várias destas estratégias, variando de acordo com as situações. Já os estilos parentais de acordo com Darling & Steinberg (1993, *in* Weber, Prado, et al., 2004), constituem o conjunto de atitudes dos pais que cria um ambiente emocional em que se expressam os comportamentos dos pais, os quais incluem as práticas parentais e outros aspectos da interacção pais-filhos que encerram um propósito definido, tais como: tom de voz, linguagem corporal, mudança de humor. Para Reppold e cols. (2002, *in* Weber, Prado, et al., 2004), os estilos parentais são manifestações dos pais em direcção aos seus filhos que descrevem a natureza da interacção entre esses.

Sampaio (2007) considera que ao se falar em ligações entre pais e filhos, encontram-se na literatura diversos modelos teóricos criados e adaptados por investigadores que procuram avaliar como as práticas educativas parentais podem afectar o desenvolvimento dos filhos.

Segundo Vitali (2004), a definição de estilos parentais representa uma evolução dos primeiros estudos sobre socialização, dos anos 30 e 40. Duas abordagens epistemológicas destacaram-se por tentar perceber os factores que influenciam o desenvolvimento infantil: a behaviorista (modelo de aprendizagem) e a freudiana (modelo psicodinâmico). Maccoby (1992, *in* Vitali, 2004) considera que de acordo com a abordagem behaviorista, o interesse estava em estudar como as contingências de reforço e punição no ambiente próximo à criança moldavam o seu comportamento. Para a abordagem freudiana, os determinantes do desenvolvimento eram biológicos e por isso, em contraste, tanto com os desejos parentais quanto com os requerimentos da sociedade. Nesta segunda hipótese, as desigualdades individuais no desenvolvimento da criança dependiam da relação entre as necessidades da libido da criança e o meio familiar.

Vitali (2004) refere nesta interpretação, que faltava a elucidação de quais eram as formas de educar os filhos e quais as consequências de diferentes percursos educativos no comportamento da criança. No que concerne ao modelo psicodinâmico Vitali (2004), considera

que os estudiosos que utilizavam esta abordagem enfatizaram a afinidade emocional entre pais e filhos e a sua influência para o desenvolvimento da criança a nível psicossocial, psicossocial e da personalidade.

Maccoby (1992, *in* Vitali, 2004) menciona que as atitudes parentais auxiliariam a determinar as práticas parentais e os comportamentos mais subtis que lhes dão significação. Com efeito, muitos pesquisadores imaginavam que ao perceber as atitudes parentais teriam conseguido compreender o clima emocional do ambiente familiar, o qual, por conseguinte, estabeleceria a relação pais – filhos e influenciaria o desenvolvimento da criança.

Segundo Vitali (2004), a apreciação que pode ser feita a esta abordagem é que, se por um lado, o comportamento dos pais ganha significado graças às atitudes parentais, igualmente as atitudes são manifestadas através do comportamento, ou seja, não é possível estudar as atitudes sem tentar medir o comportamento. Para tentar resolver o impasse, as práticas foram agrupadas em categorias mais amplas, abarcando atributos molares como a garantia de autonomia, punição, expressão do afecto, entre outros.

Relativamente ao modelo da aprendizagem Vitali (2004), considera que os estudiosos focaram a sua atenção sobre as *práticas parentais* em vez das *crenças e valores parentais*. Diferenças no desenvolvimento da criança foram consideradas o reflexo de diferentes ambientes de aprendizagem, sem contudo, deixar de levar em conta as variáveis individuais. Por isso, as medidas de estilos parentais tinham o intuito de capturar o percurso de comportamentos que definia estes ambientes. O estilo parental foi utilizado, mais de que um conceito unitário, para resumir os resultados das análises de práticas parentais específicas.

De acordo com Vitali (2004), o estudo do estilo com que os pais criavam os seus filhos principiou aproximadamente nos anos trinta, mas foi com o trabalho de Baldwin em 1949, que o conceito de estilo parental foi utilizado e foi ele que inaugurou uma linha de pesquisa que investigava as correlações entre comportamento dos filhos e estilo parental.

Baldwin (1949, *in* Vital, 2004) distinguiu dois estilos parentais, o estilo democrático-recíproco e o estilo autoritário e estudou as suas consequências em termos de risco e protecção. O estilo parental democrático-recíproco implicava a tentativa de envolver a criança activamente, proporcionalmente ao seu desenvolvimento, nas decisões da família, enquanto pais autoritários faziam predominar ou impor a sua vontade sobre os interesses e desejos da criança.

Maccoby (1992, *in* Vitali, 2004) menciona que no começo da sua utilização em pesquisas, a noção de estilo parental se desenvolveu como uma heurística para descrever o clima familiar. A hipótese que norteava a utilização do conceito era que um melhor entendimento do ambiente familiar teria permitido uma maior capacidade de predição dos comportamentos da criança. Por isso, a noção de estilo parental representava um instrumento mais poderoso do que o de prática parental, porque na complexidade das demais atribuições parentais, era considerado difícil separar a influência de qualquer prática específica sobre o comportamento da criança.

Vitali (2004) refere que foi com o trabalho de Baumrind, em 1966 que emergiu um novo tipo de modelo teórico de estilos parentais que influenciou verdadeiramente o pensamento e as investigações sucessivas. Este paradigma incorporava os processos emocionais e comportamentais nos quais se baseavam os precedentes modelos de socialização num novo conceito de estilo parental e, ao mesmo tempo, dava ênfase ao sistema de crenças dos pais. Ainda de acordo com o mesmo autor, Baumrind retomou e aprofundou a linha de pesquisa inaugurada por Baldwin, redefinindo o conceito de controlo parental, segundo a hipótese de que o objectivo central dos pais para com os filhos é a socialização, conforme as necessidades da sociedade, mas mantendo ao mesmo tempo uma inerente integridade pessoal.

Reppold, et al. (2002) referem que segundo o modelo de Baumrind, a classificação dos estilos parentais assenta na avaliação de certas características dos pais, tais como os padrões de autoridade e comunicação familiar.

De acordo com Baumrind (1997, *in* Reppold, et al., 2002), até à emergência do seu modelo, o campo da socialização era dominado pela polarização entre o padrão hierárquico e coercivo. Diante desse antagonismo, a proposta de Baumrind considera paralelamente aspectos emocionais e comportamentais da conduta parental.

Segundo Weber, Prado, et al. (2004), foi Baumrind que a partir das suas pesquisas propôs um modelo de classificação dos pais com três protótipos de controlo: autoritativo (estilo democrático), autoritário e permissivo. De acordo com os mesmos autores, Baumrind descreveu os pais autoritativos como sendo aqueles que tentam direccionar as actividades das suas crianças de maneira racional e orientada; estimulam o diálogo, compartilhando com a criança o raciocínio por detrás da forma como eles agem, solicitam as suas objecções quando ela se recusa a concordar; exercem firme controlo nos pontos de divergência, colocando a sua perspectiva de

adulto, sem restringir a criança, reconhecendo que esta possui interesses próprios e maneiras particulares; não fundamentam as suas decisões em consensos ou no desejo da criança.

Weber, Prado, et al. (2004) referem que segundo Baumrind, os pais autoritários, modelam, controlam e avaliam o comportamento da criança de acordo com normas de conduta estabelecidas e geralmente absolutas; estimam a obediência como uma virtude e são a favor de medidas punitivas para lidar com aspectos da criança que entram em conflito com o que eles pensam ser certo. Born (2005) menciona que segundo Baumrind, este estilo ainda se pode descrever como um estilo que incute valores instrumentais, como o respeito pela autoridade, pelo trabalho, pela ordem e pelas tradições; não estimula as discussões com a criança, pensando que ela tem apenas de aceitar as suas palavras como um facto absolutamente certo e mantém a criança no seu lugar reduzindo assim a sua autonomia. Além disso, segundo Smetana (1995, *in* Born, 2005), o progenitor de estilo autoritário restringe fortemente a criança, ao mesmo tempo que encoraja pouco a sua independência, a sua auto-afirmação. Respeita pouco a sua individualidade. Darling & Steinberg (1993, *in* Born, 2005) consideram que a restrição da criança exerce-se tanto ao nível comportamental como ao nível psicológico.

Weber, Prado, et al. (2004) mencionam que para Baumrind, os pais permissivos tentam comportar-se de maneira não-punitiva e receptiva diante das aspirações e acções da criança; apresentam-se para ela como um recurso para realização dos seus desejos e não como um modelo, nem como um agente responsável por adequar ou direccionar o seu comportamento. Born (2005) refere ainda que os pais permissivos são pouco rigorosos ao nível da responsabilidade das tarefas caseiras; não encorajaram obediência a normas exteriores e evitaram exercer controlo sobre o filho.

Um dos modelos de estilos parentais mais utilizados nas pesquisas foi elaborado por Maccoby e Martin em 1983 (Teixeira & Lopes, 2005). Segundo Weber, Prado, et al. (2004), o estilo parental permissivo foi decomposto em dois, estilo indulgente e estilo negligente, por Maccoby e Martin. De acordo com Maccoby & Martin (1983, *in* Teixeira & Lopes (2005), este modelo propõe a presença de duas dimensões essenciais de práticas educativas, denominadas exigência e responsividade. A exigência refere-se ao quanto os pais estão disponíveis para agirem como agentes socializadores dos seus filhos, supervisionando e monitorizando o comportamento, estabelecendo expectativas de desempenho, e exercendo disciplina de modo firme. Já as características da responsividade, segundo os mesmos autores, abarcam as atitudes

compreensivas que os pais têm para com os filhos e que visam promover o desenvolvimento da auto-afirmação dos jovens, sobretudo através do apoio emocional, da comunicação recíproca e do incentivo à autonomia. Uma vez combinadas essas duas dimensões, e ainda de acordo com os mesmos autores, resultam quatro categorias de estilo parental: autoritário (pais altos em exigência e baixos em responsividade), autoritativo (pais altos em ambas as dimensões), indulgente (pais altos em responsividade e baixos em exigência) e negligente (pais baixos em ambas as dimensões).

1.2 Delinquência e Crime

É importante destacar em seguida, para a compreensão do comportamento criminal, os conceitos de **delinquência e crime**.

Born (2005) refere que num sentido estrito, *“um delinquente é um indivíduo que realiza um acto qualificado como delituoso pela sociedade (ou pelas instituições que a representam) na qual este acto é perpetrado e que é reconhecido como tendo realizado este acto, pela sociedade”* (p. 28). Em inglês, segundo o mesmo autor, a delinquência abrange o conjunto dos comportamentos anti-sociais que expressam a inadaptação de um indivíduo à sociedade; este termo é particularmente utilizado para os delitos cometidos por jovens.

O crime é o conjunto mais geral de todos os delitos, qualquer que seja a sua gravidade. Em criminologia, segundo Yamarellos & Kellens (1970, *in* Born, 2005, p.105), *“o crime é todo o comportamento anti-social que dá lugar à aplicação de uma sanção de natureza punitiva pronunciada por um órgão jurisdicional que emana do poder público”*.

Como sustentam Dias & Andrade (1997), toda a noção criminológica de crime assenta forçosamente numa dupla referência: uma referência jurídica e uma referência sociológica. Vold (1958, *in* Dias & Andrade, 1997, p. 5) considera que *“o crime implica sempre duas coisas: um comportamento humano, e o julgamento ou a definição desse comportamento por parte de outros homens que o consideram como próprio e permitido, ou impróprio e proibido”*.

Farrington (2005) considera que quando se fala de comportamento anti-social faz-se referência ao conjunto de comportamentos que infringem as normas ou lei estabelecidas. Neste sentido, há que clarificar que os comportamentos podem ser classificados como anti-sociais tendo em consideração a continuidade que o comportamento anti-social tem desde a infância até à

adolescência e posteriormente na idade adulta. Neste sentido, o mesmo autor assinala os seguintes indicadores do comportamento anti-social na infância e na adolescência: perturbações do comportamento, impulsividade, roubo, vandalismo, resistência à autoridade, agressões físicas ou psicológicas, maltratar os pares, fugir de casa, absentismo escolar, etc. Na idade adulta, Farrington (2005) refere os comportamentos de delito ou criminais, o abuso de álcool e/ou drogas, as rupturas conjugais, a violência doméstica, a negligência no cuidado dos filhos, etc.

Negreiros (2001) considera que as perspectivas sobre o comportamento anti-social e delinquente são complexas, não são igualadas e muito menos definitivas. Nas últimas décadas, o comportamento anti-social tem suscitado, o aparecimento de uma variedade de teorias e modelos explicativos.

Passa-se a fazer uma breve exposição das teorias explicativas do comportamento anti-social mais significativas.

De acordo com as teorias bioantropológicas existem alguns tipos de pessoas internamente predispostas para o crime. O crime é unicamente explicado por variáveis congénitas inalteráveis e o delinquente é um homem diferente do homem normal. Por outro lado, são teorias que revelam uma posição extrema na consideração de variáveis congénitas e das adquiridas na interacção social (Dias & Andrade, 1997).

Gonçalves (2002) refere que relativamente às teorias psicológicas, existem inúmeras teorias que estabelecem a explicação do comportamento anti-social numa base psicológica ou psico-social.

A psicologia forneceu algumas teorias para a compreensão da delinquência e do comportamento anti-social.

Segundo a teoria da personalidade criminal, a personalidade é a base da justificação da acção criminal.

Destaca-se a teoria de Pinatel, aperfeiçoada por Fréchette e LeBlanc nos anos 80. Esta teoria diferencia uma especificidade entre os delinquentes e os não delinquentes. Especificidade que constaria numa hipertrofia dos traços psicológicos constituintes do nódulo central da personalidade: egocentrismo, labilidade relativo à instabilidade comportamental, a agressividade e indiferença afectiva, correspondentes à inexistência de emoções e inclinações altruístas (Agra & Matos, 1997).

Os mesmos autores referem que com base em traços de personalidade bem delimitados, Pinatel acabaria por agrupar os delinquentes em determinadas categorias: caracteriais, perversos, débeis mentais, alcoólicos e toxicómanos. Para além destes, existiriam os criminosos profissionais, inadaptados sociais que continuam na actividade criminal, e por fim os delinquentes ocasionais, indivíduos adaptados socialmente mas condicionados por circunstâncias do meio.

Dias & Andrade (1997) consideram que as teorias psicanalíticas deram uma forte contribuição para a explicação dos comportamentos anti-sociais. Percebe-se a estreita relação entre a psicanálise e as ciências criminais, pois a psicanálise, enquanto teoria do comportamento humano não poderia deixar de se interessar pelo comportamento desviante, contribuindo com mais hipóteses explicativas.

Para se compreender o crime em geral, esta teoria assenta em três princípios basilares, segundo Dias & Andrade (1997): 1) o homem é por natureza um ser associial; é devido a esse facto que Freud (1908, *in* Dias & Andrade, 1997) referia a criança como um perverso polimórfico; 2) a causa do crime é social; 3) é durante a infância que se molda a personalidade, o mesmo é dizer, que é durante esse período que se definem os equilíbrios ou desequilíbrios que serão fonte do comportamento anti-social ou dos comportamentos aceites socialmente. Dias & Andrade (1997) também referem que para a teoria Freudiana o criminoso representa um certo regresso ao homem primitivo, não às suas formas antropológicas, mas à sua estrutura psíquica.

Relativamente à corrente fenomenológica, Agra & Matos (1997) consideram que todo o comportamento é o produto da relação sujeito/situação. É no sistema de significações decorrente desta relação que deve ser encontrado o sentido do acto criminal. Agra & Matos (1997) afirmam que esta corrente considera que a livre escolha para um determinado comportamento é ilusória, pois o mesmo é determinado por uma dialéctica existente entre dois instintos, essenciais e antagónicos, constituintes do psiquismo: 1) O instinto de conservação do Eu, que é responsável por reacções de fuga e medo contra a afectividade, levando o indivíduo ao isolamento e; 2) O instinto de simpatia, que impele o homem para o abandono de si guiado no sentido da defesa da espécie.

As teorias sociológicas apresentam diversas explicações a nível sociológico, Agra & Matos (1997), destacam as seguintes: 1) A escola cartográfica ou geográfica (séc. XIX), que demonstra a importância do meio físico, considerando as variações do clima nas formas de cometer o crime;

2) A escola socialista (Marx e Engels) em que a estrutura socioeconómica capitalista é fundamental na emergência do crime, sendo que as desigualdades sociais e económicas entre o proletariado e a burguesia estariam na base do fenómeno social; 3) A escola do meio social (Lacassagne), que destaca os aspectos sócio-culturais, realçando que um criminoso não se expressa sem um meio cultural próprio; 4) A escola da interpsicologia (G. Tarde) que explica a acção do meio social ao nível da personalidade do delinquente, através da interacção entre os indivíduos, sendo a imitação primordial no processo que abrange a aprendizagem e a memória; 5) a escola sociológica de Durkheim (1858-1917) que sustenta que a criminalidade deverá ser estudada no contexto de cada sociedade e num determinado período de tempo, tendo sempre em conta a especificidade da cultura dessa sociedade, pelo que as sociedades que expressariam um índice elevado de criminalidade seriam as sociedades *anómicas*, em que ocorre um enfraquecimento das normas sociais e da pressão social sobre os seus membros.

Das teorias psico-sociais, ressalta-se a teoria da aprendizagem social (abandono aprendido). Segundo Bandura (1969) o meio ambiente apresenta propriedades mais ou menos sólidas, que levam à eventual adaptação de cada indivíduo. O funcionamento psicológico compreende uma contínua interacção entre o comportamento e a forma de o controlar, apesar das acções serem reguladas pelos seus efeitos. Por outro lado, o ambiente controlador é muitas das vezes modificado significativamente pelo comportamento. O autor considera que as relações interpessoais são um instrumento que facilita a emergência das contingências que sustentam o comportamento do indivíduo, pelo que, quando interage socialmente, este tem influência no comportamento de outrem e vice-versa.

Por último, faz-se a exposição da teoria biopsicossocial. Houve diversas tentativas ao longo do tempo de inclusão dos aspectos biológico, psicológico e social.

Nomes como Ferri, e Healy, emergem no início do século XX, e nos anos 40 com o casal Glueck. Para estes autores a causa da delinquência não é puramente biológica nem sociocultural, pois deriva de certas forças somáticas, intelectuais e sócio-culturais (Agra & Matos, 1997).

De acordo com Agra & Matos (1997), existem dois modelos de integração biopsicossocial: 1) Neo-positivista; 2) Fenomenológica. Relativamente ao primeiro modelo, trata-se de uma adaptação do positivismo criminológico aos desenvolvimentos presentes da metodologia estatística. Dessa forma, quando se fala em biopsicossociologia do comportamento criminal, entende-se, geralmente, o efeito relacionado de causas ou factores biológicos, psicológicos ou

sociais. Neste modelo de integração, procura-se encontrar o peso relativo de cada um dos factores na determinação do comportamento delincente (Agra & Matos, 1997).

Agra & Matos (1997) referem que o segundo modelo é mais raro e está subentendido nas correntes que não utilizam expressamente o conceito biopsicossociológico, mas envolvem a relação indivíduo delincente-mundo, no conhecimento dos processos e significações do acto transgressivo. É o caso dos múltiplos estudos das Escolas de Chicago e da Escola de Louvain. Os mesmos autores consideram que a primeira escola, dedicou-se ao estudo dos significados que concebe a criminalidade na relação delincente/ meio físico e social. A segunda escola, dedicou-se mais à análise das significações do acto criminal, na relação entre o delincente e o seu meio interior biológico e psíquico.

Todas as teorias referidas possibilitam um melhor entendimento do comportamento criminal e da sua própria evolução ao longo do tempo.

1.3 Estudos

Steinberg (2001, *in* Teixeira & Lopes, 2005) considera que de uma maneira geral, os estudos mostram que os estilos parentais estão relacionados a diversos aspectos do desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes, tais como auto-estima, ajustamento social, psicopatologia e desempenho escolar.

Fala-se muito de que a origem dos problemas dos comportamentos dos filhos está associado à família. Pode afirmar-se que existe alguma verdade na relação entre os comportamentos problemáticos dos filhos e as práticas disciplinares dos pais. Observou-se que certas práticas de controlo parental, como a coerção, excessiva firmeza e a inconsistência na aplicação da disciplina e do afecto, tendem a causar, manter e fortalecer os comportamentos disruptivos do filho, mais do que controlá-los (O' Leary, Smith & Reid, 1999; Arnold, O' Leary, Wolff & Acker, 1993).

Lamborn e cols. (1991, *in* Weber, Prado, et al., 2004) realizaram um estudo com uma amostra heterogénea de aproximadamente 4000 indivíduos e tiveram o seguinte resultado: adolescentes que perceberam os seus pais como autoritativos mostraram mais aspectos positivos de desenvolvimento (alto índice de competência psicológica e baixo índice de disfunção comportamental e psicológica), enquanto os que perceberam os seus pais como negligentes mostraram aspectos negativos; adolescentes que perceberam os seus pais como autoritários ou

como indulgentes apresentaram características tanto positivas quanto negativas. Parte dos mesmos adolescentes (2300 indivíduos) que participaram neste estudo de Lamborn e cols., responderam aos mesmos questionários um ano depois. Observou-se que as diferenças de ajustamento do adolescente conforme o estilo parental de seus pais mantiveram-se ou ainda tiveram um aumento (Steinberg, Lamborn, Darling, Mounts & Dornbusch, 1994, *in* Weber, Prado, et al., 2004).

Em geral, os filhos de mães autoritárias apresentam comportamento de externalização (agressão verbal ou física, destruição de objectos, mentira) e de internalização (retracção social, depressão, ansiedade) (Oliveira e cols., 2002, *in* Weber, Prado, et al., 2004). Em outros estudos os filhos de pais autoritários foram descritos como tendo tendência para um desempenho escolar moderado, sem problemas de comportamento; porém possuem pouca habilidade social, baixa auto-estima e alto índice de depressão (Cohen & Rice, 1997; Darling, 1999, *in* Weber, Prado, et al., 2004).

Estudos realizados com apenas os três tipos de estilos (autoritativos, autoritários e permissivos), descreveram que os filhos de pais permissivos tendem a apresentar uso de tabaco e álcool (Cohen & Rice, 1997, *in* Weber, Prado, et al., 2004), baixa capacidade de auto-regulação (Patock-Peckham, Cheong, Balhorn, Nagoshi, 2001, *in* Weber, Prado, et al., 2004), e baixa habilidade de reacção a conflitos (Miller, DiIorio, Dudley, 2002, *in* Weber, Prado, et al., 2004). Vários estudos reportam que os estilos parentais influenciam de forma determinante o desenvolvimento de comportamentos aditivos face também ao consumo de drogas pelos filhos, criando consequentemente, comportamentos de dependência, depressão ou perturbações da personalidade (Barba, Lavigne, et al., 2000; Bounmrind, 1991, *in* Sánchez, Zapata, et al., 2008).

A pesquisa de Baumrind (1971), abrangeu uma diversidade de amostras, sendo que os resultados iniciais sobre as consequências destes estilos parentais vieram a ser sustentados empiricamente: os pais autoritários tendem a ter crianças que são obedientes, mas infelizes e inseguras; as crianças de pais permissivos são pouco confiantes em si próprias e têm dificuldades a nível do autocontrolo; e finalmente, as crianças cujas figuras parentais se caracterizam predominantemente por um estilo afirmativo democrático são mais felizes, socialmente competentes e com capacidade de realização.

Howard (1981) realizou um estudo em adolescentes delinquentes institucionalizados do sexo masculino, comparando a relevância de uma família desunida e pontuações do PBI de

manifestações e severidade da sociopatia, e estabeleceu que os baixos cuidados maternos foi o melhor preditor em três de quatro medidas – “desajustamento social” (7,9% de variância), “valor de orientação” (15,8%) e “alienação” (20,5%); e a superprotecção materna foi a mais significativa para a variável “agressão manifesta” (15,7%). As simples correlações sugeriram que a gravidade em todas as sub-escalas da sociopatia foi associada a um baixo cuidado parental e a uma elevada protecção parental, enquanto que o efeito independente de uma família desunida pareceu não significativo. Howard (1981) também sugeriu na defesa dos dados, uma maior importância da distorção das relações pais-filhos do que uma família desunida, relacionada a comportamentos anti-sociais.

No estudo de Mak referido por Parker (2009), analisou-se a relação entre delinquência juvenil e os estilos percebidos como cuidado parental e superprotecção. Setecentos e noventa e dois estudantes de uma escola australiana (405 rapazes e 387 raparigas), com uma média de idade de 15,6 anos participaram como sujeitos no estudo. Os sujeitos completaram a escala de Mak (1993), Australian Self-Report Delinquency (escala que fornece uma medida da diversidade de actividades em que o delinquente inquirido participou no ano passado). Eles também concluíram o PBI e uma medida relacionada com o estatuto socio-económico do sujeito. A delinquência tanto para rapazes como para raparigas foi significativamente associada com baixos cuidados maternos e paternos e altas pontuações em protecção maternas e paternas. Os quatro quadrantes PI ou grupos de estilos parentais diferiram significativamente nos níveis de envolvimento delinquente. Os resultados de uma análise de regressão múltipla mostram que baixos cuidados maternos podem ser uma variável preditora da delinquência adolescente. As outras variáveis significativas (em ordem decrescente) incluíram: ser do sexo masculino, proveniente de uma família desunida, baixo cuidado paterno e o pai ter uma menor escolaridade. Também se observou um significativo efeito de interacção, segundo o qual a combinação de baixo cuidado parental e alta protecção parental entre rapazes foi associada a níveis mais elevados de envolvimento delinquente.

Lahey, Waldman & McBurnett (1999) consideram que os estilos parentais negativos (autoritário, coercitivo, punitivo) por um lado, e o controlo inconsistente e a baixa supervisão parental por outro, afectam negativamente o comportamento da criança. Os mesmos autores referem que existem dados que permitem afirmar que os pais de crianças agressivas apresentam estilos parentais coercitivos que têm um efeito negativo no desenvolvimento da criança.

Estilos parentais negligentes ou permissivos, têm como características uma nula ou baixa supervisão do filho durante a infância e umas práticas disciplinares inconsistentes. Neste sentido, ambas são classificadas como variáveis que predizem o aparecimento do comportamento anti-social durante a adolescência (Farrington, 2005).

Os estilos parentais marcam de uma forma específica o desenvolvimento do comportamento anti-social como assinalam vários estudos que os relacionam directamente com aparecimento de comportamentos anti-sociais (Prinzle, Onghena, Hellinckx, et al., 2004).

Os vários estudos referidos anteriormente sustentam a existência de uma relação entre delinquência e estilos parentais percebidos.

CAPÍTULO II

CORPO EMPÍRICO

De acordo com Pereira (2004), existem várias formas de fazer investigação para responder às questões e solucionar diversas situações que surgem no dia-a-dia. Por isso o método mais adequado vai depender, em grande parte, daquilo que se procura solucionar, dos objectivos que se pretendem atingir e até do perfil do próprio autor. Assim, e após a apresentação do desenho do modelo da investigação proceder-se-á à descrição dos objectivos e hipóteses da investigação, à definição do plano amostral, à pormenorização dos métodos de recolha de informação, à elaboração do questionário e à operacionalização das variáveis.

2.1 Apresentação do estudo

2.1.1 Objectivos

A presente investigação tem como principal objectivo estudar e analisar a possível relação entre os diferentes estilos parentais e o desenvolvimento do comportamento criminal de reclusos, do Estabelecimento Prisional de Castelo Branco, tendo por base as características sócio-demográficas e antecedentes familiares dos sujeitos.

A partir deste objectivo geral, definiram-se os seguintes objectivos específicos:

- Identificar a proveniência sócio-demográfica dos indivíduos reclusos;
- Conhecer os processos jurídico-penais dos reclusos e descrever o seu comportamento criminal;
- Identificar comportamentos criminais ou condutas desviantes em familiares dos reclusos;
- Conhecer as representações dos reclusos sobre os estilos parentais;
- Associar características sócio-demográficas dos reclusos no desenvolvimento do comportamento criminal de reclusos;
- Associar os antecedentes familiares dos reclusos com o desenvolvimento do seu comportamento criminal;
- Relacionar o consumo de bebidas alcoólicas e substâncias psicoactivas com o desenvolvimento do comportamento criminal;

- Relacionar os diferentes estilos parentais com o desenvolvimento do comportamento criminal dos reclusos.
- Predizer o desenvolvimento do comportamento criminal de reclusos em função dos estilos parentais.

2.2 Planificação

2.2.1 Tipo de Estudo

Uma tarefa importante na pesquisa científica é a escolha do método que norteia o trabalho científico para que posteriormente se proceda à recolha de dados.

Os tipos de investigação utilizados no estudo são o descritivo e correlacional (Almeida & Freire, 2007). A pesquisa descritiva é um método utilizado para descrever diferentes aspectos do comportamento ou de um fenómeno psicológico. Utiliza frequentemente o questionário e a entrevista como instrumento de recolha de dados. A análise de correlação entre as variáveis define o tipo de estudo inerente ao método correlacional. Assim, uma vez efectuada a pesquisa descritiva realizou-se o estudo correlacional para medir o grau e a direcção de uma relação entre variáveis.

Dentro dos estudos correlacionais podemos mencionar as correlações múltiplas ou as análises de regressão, ou seja, as relações de mera associação ou as relações de dependência funcional (Maroco, 2007).

2.2.2 Hipóteses

Assim, de acordo com todo o processo de revisão bibliográfica e com os objectivos gerais e específicos definidos da presente investigação, foram formuladas as seguintes hipóteses:

- Hipótese 1 (H1): O tipo de crime praticado depende da zona de residência dos sujeitos reclusos.
- Hipótese 2 (H2): A reincidência dos reclusos é dependente da sua zona de residência.
- Hipótese 3 (H3): A existência de antecedentes criminais na família está positivamente correlacionada com o consumo de drogas ou bebidas alcoólicas por outros elementos da família.

- Hipótese 4 (H4): O consumo de drogas pelos reclusos está positivamente correlacionado com o consumo de drogas por outros elementos da família.
- Hipótese 5 (H5): O consumo de bebidas alcoólicas pelos reclusos está positivamente correlacionado com o consumo de bebidas alcoólicas por outros elementos da família.
- Hipótese 6 (H6): Sujeitos mais velhos apresentam tempos de pena mais reduzidos.
- Hipótese 7 (H7): Sujeitos mais velhos apresentam uma maior reincidência.
- Hipótese 8 (H8): Existem diferenças estatisticamente significativas entre as escalas de Cuidado e Superprotecção para pais e mães.
- Hipótese 9 (H9): A percepção dos reclusos relativamente aos indicadores de cuidado e superprotecção depende do sujeito parental.
- Hipótese 10 (H10): Sujeitos que manifestam comportamento não recidivante, apresentam valores mais elevados na escala de Cuidado, do PBI.
- Hipótese 11 (H11): Sujeitos que manifestam comportamento recidivante, apresentam valores mais elevados na escala de Superprotecção, do PBI.
- Hipótese 12 (H12): Sujeitos com um tipo de crime mais grave, apresentam níveis mais acentuados no indicador Negligente, do PBI.
- Hipótese 13 (H13): Sujeitos que apresentam um tipo de crime menos grave, apresentam níveis mais acentuados no indicador Cuidado Ótimo do PBI.
- Hipótese 14 (H14): Sujeitos que apresentam um tipo de crime mais grave, apresentam níveis mais acentuados no indicador Controlo sem Afecto, do PBI.
- Hipótese 15 (H15): Sujeitos que apresentam um tipo de crime menos grave, apresentam níveis mais acentuados no indicador Controlo Afectivo, do PBI.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

Uma vez definidos os objectivos, formuladas as hipóteses e delineado o tipo de investigação importa definir o processo de amostragem utilizado, proceder à pormenorização dos métodos de recolha de informação, à operacionalização das variáveis e à definição das técnicas estatísticas a utilizar no resumo dos dados e na análise dos resultados.

3.1 Participantes

A maior parte das situações em que é necessário utilizar técnicas estatísticas envolve a necessidade de tirar conclusões gerais acerca de um grande conjunto de indivíduos. No entanto, nem sempre é possível estudar exaustivamente todos os elementos de uma população: ou pelo facto da população ter dimensão infinita, ou por tornar o estudo muito dispendioso em tempo e dinheiro. Assim, quando não é possível estudam-se só alguns elementos que se recolhem da população.

No presente estudo foram recolhidos e analisados dados de uma amostra de 50 indivíduos do sexo masculino, em regime de cumprimento de pena no Estabelecimento Prisional de Castelo Branco (EPCB). O planeamento da investigação foi feito com o intuito de extrair o máximo de informação relevante para o problema em estudo e de modo a que os resultados obtidos possam ser considerados válidos.

Neste sentido, a amostra de participantes foi obtida pelo método de amostragem aleatória simples, sendo utilizado o critério de inclusão saber ler e escrever. Neste tipo de amostragem as amostras são obtidas de forma aleatória, isto é, a probabilidade de cada elemento da população fazer parte da amostra é igual para todos os elementos. A amostragem simples permite que todos os sujeitos sejam seleccionados completamente ao acaso (Maroco, 2007). Optou-se por este método de amostragem por ser simples e por conduzir à selecção de uma amostra que se adequa aos objectivos desta investigação.

As características próprias do sistema prisional em análise e as reestruturações sofridas durante processo de planeamento e recolha de dados, não permitiram o levantamento eficaz do

número de elementos da população reclusa, uma vez que esta se encontra em recorrentes processos de transferência.

A população reclusa do EPCB relativamente à situação penal, em 19 de Maio e 8 de Junho de 2009, encontra-se descrita na Tabela 1.

Tabela 1. População reclusa do EPCB em 2009

	Preventivos		Condenados	TOTAL	Lotação	Taxa de Ocupação (%)
	<i>Aguardar Julgamento</i>	<i>Aguardar Trânsito em Julgado</i>				
19 de Maio de 2009	3	12	99	114	166	72,89%
8 de Junho de 2009	3	11	107	121		

Fonte: Adaptado www.dgsp.mj.pt

A 19 de Maio a população total do EPCB é de 114, e a 8 de Junho a população do EPCB é de 121, verificou-se dessa forma um aumento progressivo da população reclusa no EPCB ao longo de 2009.

3.2 Material

Utilizou-se como instrumento de investigação o questionário *Parental Bonding Instrument* (PBI). De forma complementar, com vista à recolha de informação adicional sobre os sujeitos em análise, foram construídos uma grelha de registo criminal e um guião de entrevista. A seguir descrevem-se detalhadamente cada um dos instrumentos.

3.2.1 *Parental Bonding Instrument*

Para avaliar as percepções da população reclusa relativamente aos estilos parentais utilizou-se um instrumento desenvolvido por G. Parker, H. Tupling, L. Brown, em 1979, e traduzido para

português, por Américo Baptista, em 1986. Este instrumento designado por ***Parental Bonding Instrument*** foi traduzido na versão portuguesa (Ribeiro, 2007) para Questionário de Ligação Parental. O objectivo do instrumento segundo Ribeiro (2007), é medir os estilos parentais retrospectivamente em indivíduos adultos (com mais de 16 anos) sobre o modo como recordam que os seus pais actuavam até aos 16 anos. De acordo com o mesmo autor, trata-se de um questionário de auto-resposta com 25 itens que se distribuem por duas escalas: protecção com 13 itens e cuidado com 12 itens. Deve ser preenchida uma escala para o pai e outra para a mãe.

A resposta a cada item é dada de acordo com uma escala de concordância que varia entre o discordo (0 pontos) e o concordo (3 pontos). Para os itens 2, 3, 4, 7, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 24 e 25 esta pontuação é invertida (Parker, Tupling & Brown, 1979).

De acordo com Parker, Tupling & Brown (1979), a pontuação máxima na escala de Cuidado é de 36 pontos e de 39 pontos na escala de Superprotecção. Altas pontuações na escala de Cuidado representam percepções de carinho, proximidade e cuidado. Altas pontuações na escala de Superprotecção representam percepções de superprotecção, controle e infantilização.

Segundo os autores referidos anteriormente, a partir dessas duas escalas derivam quatro indicadores de vínculos entre pais e filhos: a) Controlo afectivo: alta pontuação em cuidado e em superprotecção; b) Controlo sem afecto: baixa pontuação em cuidado e alta em superprotecção; c) Cuidado óptimo: alta pontuação em cuidado e baixa em superprotecção e d) Negligente: baixa pontuação em cuidado e em superprotecção. A “alta” ou “baixa” pontuação nas categorias baseia-se nos seguintes pontos de corte: para mães, uma pontuação em cuidado de 27,0 e uma pontuação em superprotecção de 13,5 e para pais, uma pontuação em cuidado de 24,0 e uma pontuação em superprotecção de 12,5.

Parker (2009) refere que o *Parental Bonding Instrument* possui uma boa fiabilidade e validade com base em vários estudos. No estudo original, o PBI possuía uma boa consistência interna e fiabilidade no pré-teste.

3.2.2 Grelha de Registo Criminal

Com o objectivo de analisar os processos de cada sujeito no Estabelecimento Prisional de Castelo Branco foi elaborada uma grelha de registo criminal para a recolha da seguinte informação jurídico-legal (tipo de crimes, pena determinada, categoria, número de penas efectivas de reclusão, regime de cumprimento de pena, registos disciplinares).

3.2.3 Guião de Entrevista

Foi construído um guião de entrevista para a recolha de informação sócio-demográfica sobre os reclusos (idade, nível de escolaridade, estado civil, zona de residência, número de irmãos, filhos); para o levantamento de algumas variáveis familiares (consumo substâncias, consumo de álcool, delitos, visitas); e para o levantamento de variáveis individuais (consumo de substâncias psicoactivas, consumo de álcool, idade e tipo do primeiro delito) dos reclusos.

3.3 Operacionalização das Variáveis

O modelo em estudo visa, por um lado, avaliar se existe relação entre os diferentes estilos parentais e o comportamento criminal de reclusos e, adicionalmente, predizer em que medida os estilos parentais influenciam o desenvolvimento do comportamento criminal de reclusos. As variáveis com relevância para o estudo agrupam-se em quatro categorias: características sócio-demográficas, antecedentes individuais e familiares de delinquência ou comportamentos desviantes, características jurídico-penais e percepção dos estilos parentais.

De seguida, descreve-se de forma mais detalhada cada uma das variáveis utilizadas para medir cada característica:

- Características sócio-demográficas: idade, zona de residência, habilitações literárias, composição familiar (estado civil, número de filhos e número de irmãos);
- Antecedentes individuais e familiares: consumo de substâncias psicoactivas, consumo de álcool, antecedentes criminais ou pequenos delitos (delitos, idade do primeiro delito) e frequência de visitas pelos familiares;
- Características jurídico-penais: tipo de crime, tipo de pena, regime de cumprimento de pena, registo disciplinar, número de penas efectivas de reclusão;
- Percepção dos estilos parentais: medida através das escalas de superprotecção e cuidado, calculada para mães e pais, e pelos indicadores qualitativos de superprotecção e cuidado.

Para se poder proceder à descrição e resumo de toda a informação contida nos dados de uma amostra é necessário precisar a natureza das variáveis em estudo e a escala em que são medidas.

As variáveis podem ser qualitativas ou quantitativas. As variáveis qualitativas representam a informação que identifica alguma qualidade, categoria ou característica, não susceptível de medida, mas de classificação. As variáveis quantitativas, por sua vez, representam a informação resultante de características susceptíveis de serem medidas, apresentando-se com diferentes intensidades.

Os dados observados podem ser apresentados em diversos tipos de escalas: escala nominal, escala ordinal e escala quantitativa. Cabral (2002) define essas escalas do seguinte modo:

- A escala nominal é usada em características que apresentam dois ou mais estados e aos quais se atribuem numerais distintos e sem qualquer relação uns com os outros, ou seja, os valores atribuídos não significam qualquer ordenação entre os estados. No presente estudo são exemplo deste tipo de escala as variáveis: estado civil, zona de residência, tipo de crime, tipo de pena, regime de cumprimento de pena, registo disciplinar, consumo de álcool e de substâncias psicoactivas e tipo de delitos.
- A escala ordinal é utilizada para ordenar, numa sequência lógica, os vários estados que a característica pode assumir, mas sem que exista qualquer implicação das distâncias entre eles. As escalas de *Likert* são um exemplo de variáveis ordinais. Os itens primários do PBI e os itens categorizados do PBI (indicadores de superprotecção e de cuidado) são exemplos de variáveis ordinais. Outras variáveis utilizadas no presente estudo que são igualmente medidas numa escala ordinal são as habilitações literárias dos sujeitos, a frequência de visitas dos familiares ao EPCB e indicadores de superprotecção e cuidado categorizados para pais e mães.
- Por último, a escala quantitativa, não só ordena os valores que a característica pode assumir como permite estabelecer distâncias entre os diferentes pontos da escala. As escalas PBI para pai e mãe e a idade dos sujeitos são de natureza quantitativa.

Assim, os dois primeiros tipos de escalas correspondem a características qualitativas, enquanto que a última escala está incluída nas características quantitativas.

3.4 Procedimentos

O processo de recolha de dados decorreu em contexto prisional, no Estabelecimento Prisional de Castelo Branco, no ano lectivo 2008/2009.

Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica, assim como diversas reuniões com o docente responsável pela disciplina e com a Dr.^a Cília Martins, psicóloga do Estabelecimento Prisional de Castelo Branco para apurar a relevância do tema de investigação, assim como os objectivos traçados.

Durante sete meses foram consultados processos institucionais com supervisão e orientação dos funcionários responsáveis, aplicado o instrumento PBI e o Guião de Entrevista tanto em grupo como individualmente.

A viabilidade do estudo dependeu integralmente da autorização dos responsáveis deste Estabelecimento Prisional e colaboração dos reclusos que participaram no processo de recolha de dados, através do preenchimento dos questionários. Dada a natureza despersonalizada de tratamento de dados, na medida em que não permite a identificação dos inquiridos, ficou garantida a confidencialidade e segurança de protecção de dados pessoais prevista na lei.

Com relação ao instrumento PBI, foi necessário adaptar a escala de *Likert*, de Muito Parecido; Moderamente Parecido; Moderamente Diferente; Muito Diferente para Concordo; Concordo Moderamente; Discordo Moderamente e Discordo, devido a dificuldades de interpretação por parte da população reclusa relativamente à escala original.

De uma forma resumida, apresenta-se na tabela seguinte a ficha técnica do trabalho de campo:

Tabela 2 – Ficha Técnica do Trabalho de Campo

Área Geográfica	Cidade de Castelo Branco
Unidade de Análise	Reclusos do Estabelecimento Prisional de Castelo Branco
Tamanho da Amostra	50
Recolha de Dados	Inquérito por Questionário Guião de Entrevista Consulta dos processos criminais
Data do Trabalho de Campo	Março a Abril de 2009

3.5 Análise Estatística

A análise estatística inclui a análise descritiva e na análise inferencial dos dados.

Na análise descritiva utilizaram-se frequências absolutas e relativas, medidas de tendência central, nomeadamente a média, moda e os quartis, e como medidas de dispersão utilizou-se o desvio-padrão e amplitude intervalar (Guimarães & Cabral, 1997). A intensidade e a direcção da associação entre variáveis foi analisada com base nos coeficientes de correlação de *Pearson* (no caso das duas variáveis serem quantitativas) e de *Spearman* (no caso de pelo menos uma das variáveis ser ordinal).

Em termos inferenciais, utilizou-se o teste de qui-quadrado para analisar a independência de variáveis qualitativas. O teste de qui-quadrado corrigido foi utilizado como alternativa para melhorar a estatística de qui-quadrado em tabelas do tipo 2x2. O teste de Mann-Whitney foi utilizado como alternativa não paramétrica ao teste t-Student para comparação de médias das escalas de cuidado e protecção para grupos independentes (Maroco, 2003).

Para modelar relações entre variáveis e predizer o valor de uma variável dependente a partir de um conjunto de variáveis independentes foi utilizada o conjunto de técnicas estatísticas denominadas por regressão linear múltipla. Neste caso, para estimação dos coeficientes de

regressão foi utilizado o método dos mínimos quadrados. A análise da qualidade do ajuste dos modelo aos dados foi feito com base na análise de variância e no coeficiente de determinação do modelo. A determinação das variáveis significativas para o modelo foi testada com base na estatística de teste t, para os coeficientes do modelo de regressão.

Para os testes de hipóteses aplicados traçou-se o valor 0,05 como nível de significância (α). A tomada de decisão, foi feita com base na probabilidade de significância (p-valor=sig). Para o nível de significância de 5%, se p-valor for superior a α então a hipótese nula não deve ser rejeitada.

A fiabilidade do instrumento de aplicação foi avaliada com base no coeficiente *alpha* de *Cronbach*, que mede a consistência interna do instrumento.

CAPÍTULO IV

RESULTADOS

Uma vez identificado o método de estudo e recolhidos os dados é possível, utilizando medidas estatísticas, resumir e descrever os dados, e proceder à explicação dos resultados numéricos obtidos.

4.1 Caracterização dos Indivíduos em estudo

4.1.1 Características sócio-demográficas e antecedentes familiares

Todos os indivíduos que compõem a amostra são do género masculino, dos quais 66% são provenientes do meio urbano e 34% do meio rural, com idades compreendidas entre os 20 e os 61 anos. A média de idades é 33 anos, com um desvio padrão associado de 9 anos. A idade mais frequente é os 27 anos.

No que diz respeito às habilitações literárias, verifica-se que a maioria dos indivíduos completou a escolaridade mínima, ou seja, o 1º ciclo do Ensino Básico (34,7%). O 2º ciclo foi completado por 32,7% dos inquiridos. Apenas 10% completou a escolaridade obrigatória, sendo que somente 4% têm habilitação para além da obrigatória.

Tabela 3. Estatísticas Descritivas das Características Individuais

	Frequência absoluta (N)	Frequência Relativa (%)	Frequência Cumulativa (%)
Género			
Masculino	50	100	100
Habilitações Literárias			
Desconhecidas do EP	4	8,2	8,2
Não completou 1º Ciclo EB	5	10,2	18,4
Completou 1º Ciclo EB	17	34,7	53,1
Completou 2º Ciclo EB	16	32,7	85,7
Completou 3º Ciclo EB	5	10,2	95,9
Completou Ens Sec	1	2,0	98,0
Completou Ens Sup	1	2,0	100,0
Idade			
Estatísticas Descritivas			
Média (DP)			32,74 (9,29)
Moda			27
Amplitude intervalar			61 – 20=41

Relativamente à composição familiar dos indivíduos inquiridos verifica-se, pela análise da tabela 4, que 80% são solteiros, 10% são casados e 10% são divorciados. Aproximadamente metade dos indivíduos inquiridos não têm filhos, 30% têm um filho. Apenas 18% têm dois ou mais filhos. Adicionalmente, verifica-se que dos 40 indivíduos solteiros, 15 têm pelo menos um filho. Constata-se ainda que 86% dos indivíduos foram educados pelos pais, tendo a maioria um ou mais irmãos. Deste modo, conclui-se que a maior parte deles são provenientes de uma família com uma estrutura nuclear (pais e irmãos).

Tabela 4: Estatísticas Descritivas da Composição Familiar

	Frequência absoluta (N)	Frequência Relativa (%)	Frequência Cumulativa (%)
Estado civil			
Solteiro	40	80	80
Casado	5	10	90
Divorciado	5	10	100
Número de filhos			
0	26	52,0	52,0
1	15	30,0	82,0
2	4	8,0	90,0
3	5	10,0	100,0
Número de irmãos			
0	2	4,1	4,1
1	21	42,9	46,9
2	9	18,4	65,3
3	7	14,3	79,6
4	2	4,1	83,7
5	6	12,2	95,9
6	2	4,1	100,0

Analise-se ainda os antecedentes familiares dos reclusos relativamente ao consumo de álcool e de drogas, antecedentes criminais ou pequenos delitos e o interesse manifestado pelos familiares, avaliando a frequência de visitas.

Verifica-se que 37,5% dos reclusos têm algum familiar que já cometeu algum tipo de delito pelo qual tenha tido problemas com a justiça (gráfico 1).

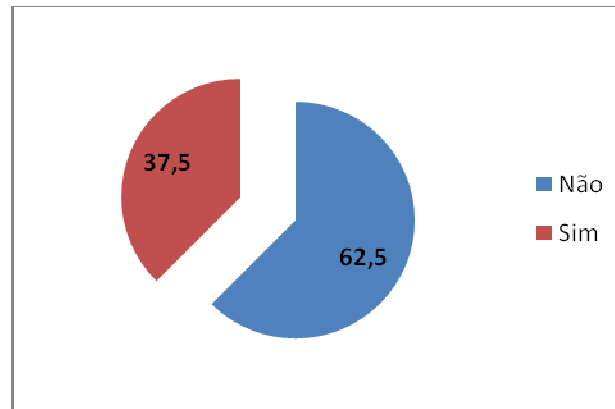


Gráfico 1: Distribuição dos Reclusos segundo a existência de delitos cometidos pelos familiares próximos

Pela análise do gráfico 2, é possível constatar que 27 dos 50 reclusos têm antecedentes de abuso de bebidas alcoólicas e 30 têm algum familiar que abusa ou já abusou do consumo de bebidas alcoólicas. Ainda, dos 50 reclusos, 36 afirmam consumir ou já ter consumido substâncias psicoactivas/drogas e 11 têm algum familiar que consome ou já consumiu.

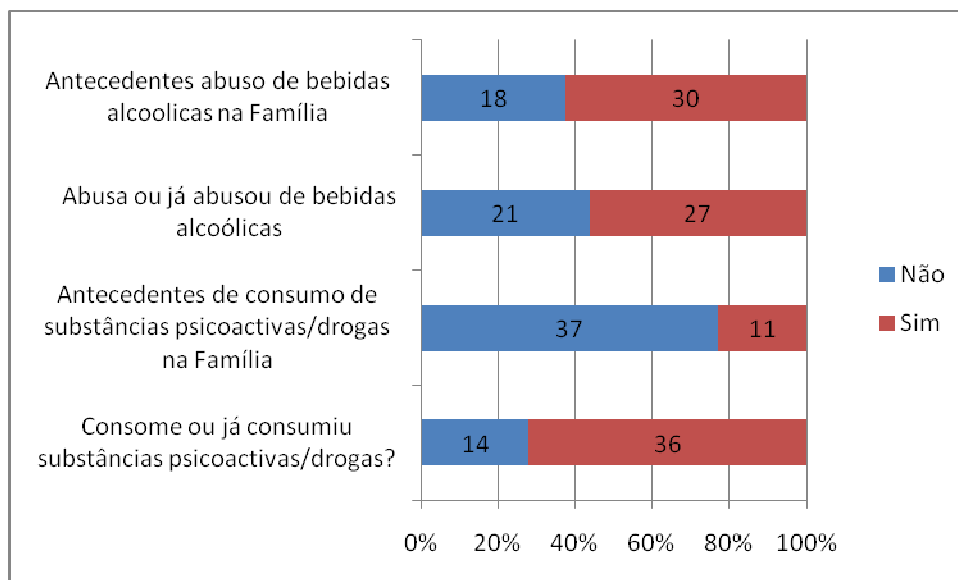


Gráfico 2: Antecedentes individuais e familiares dos reclusos relativamente ao consumo de bebidas alcoólicas ou drogas

No que se refere à frequência de visitas à instituição, observa-se que as visitas regulares são feitas com maior frequência por outros familiares que não os pais e irmãos. Verifica-se também uma grande frequência de reclusos que responderam não ter visitas dos familiares mais directos.

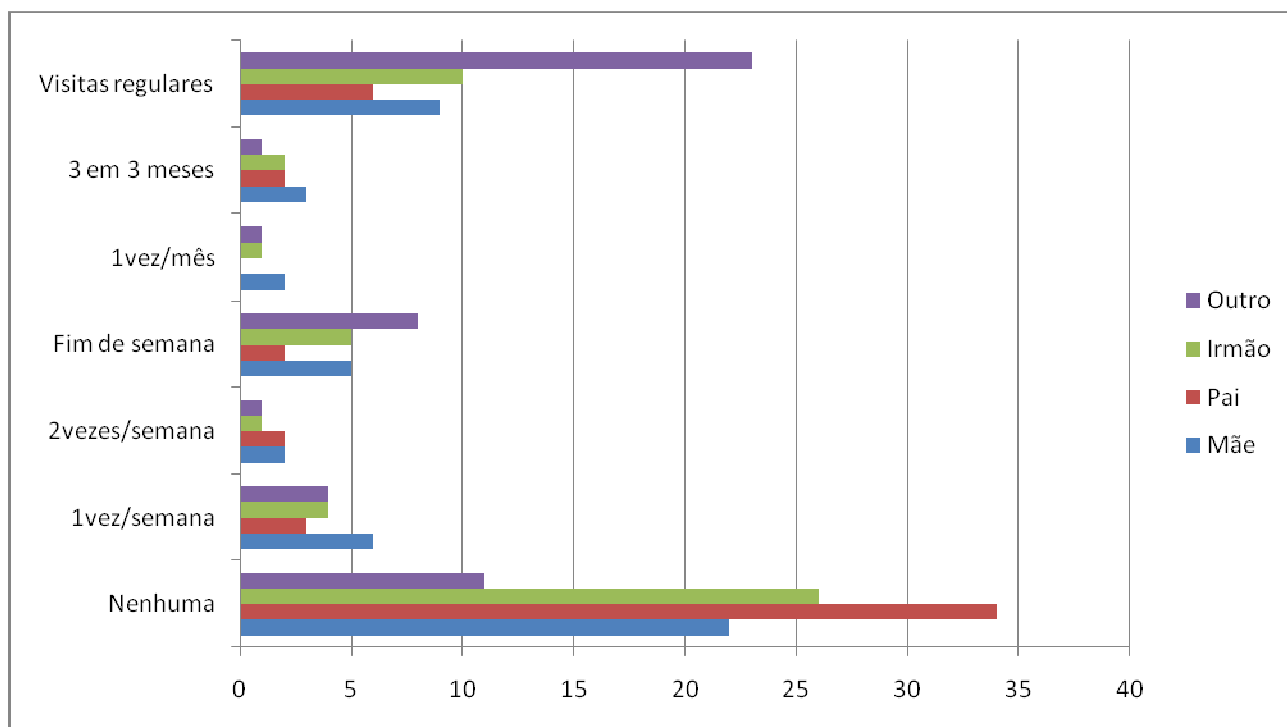


Gráfico 3: Distribuição das Visitas à Instituição

4.1.2 Características jurídico-penais

Analisando o registo criminal dos reclusos, constata-se que apenas 10% estão sob o regime de prisão preventiva, os restantes são condenados. A maioria dos reclusos está preso devido a crimes contra o património (36%) ou por tráfico e actividades ilícitas (20%). A tabela 5 mostra com maior detalhe a distribuição dos reclusos segundo o tipo de crime.

Tabela 5: Distribuição dos reclusos segundo o tipo de crime

Tipo de Crime	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Crimes de sangue (homicídio)	2	4,0	4,0
Crimes contra património (roubos, furtos)	18	36,0	40,0
Crime contra integridade física (sequestro, rapto,...)	4	8,0	48,0
Crimes contra a liberdade sexual (violação)	2	4,0	52,0
Crimes contra moralidade (abuso confiança, injúria)	1	2,0	54,0
Crimes delitos estradais	7	14,0	68,0
Tráfico e actividades ilícitas	10	20,0	88,0
Crimes de violência (maus tratos)	1	2,0	90,0
Crimes contra património e integridade física	3	6,0	96,0
Crimes contra moralidade e resistência e coação	1	2,0	98,0
Crime de sangue e de património	1	2,0	100,0
Total	50	100,0	

Ainda é possível constatar que dos 50 reclusos metade são reincidentes. Destes, 30% estão a cumprir pena pela segunda vez, enquanto que 14% já estão na sua terceira pena. O tempo de pena varia entre os 5 meses e 10 anos, sendo que o tempo médio de pena situa-se nos 44 meses, ou seja, nos 3 anos e 7 meses (tabela 6). Verifica-se que 52% dos reclusos não têm qualquer registo disciplinar durante o cumprimento da pena.

Tabela 6: Estatísticas descritivas do tempo de pena (em meses) dos reclusos inquiridos

N	Válido	45
	Omisso	5
Média		44,43
Mediana		36,00
Moda		24
Desvio padrão		29,009
Mínimo		5
Máximo		120

Verifica-se ainda que a idade mínima com que algum recluso cometeu um delito foi de 15 anos. A idade mais frequente para cometer o primeiro delito situa-se nos 27 anos. Já no que se refere ao tipo de delito cometido destaca-se o crime contra património (38%) e, de seguida, com a mesma percentagem (14%) os crimes estradais e tráfico e drogas ilícitas, como mostra o gráfico 4.

Tabela 7: Estatísticas descritivas da idade com que cometeu o primeiro delito

N	Válido	50
	Omisso	0
Média		27,08
Moda		23
Desvio padrão		8,891
Mínimo		15
Máximo		49

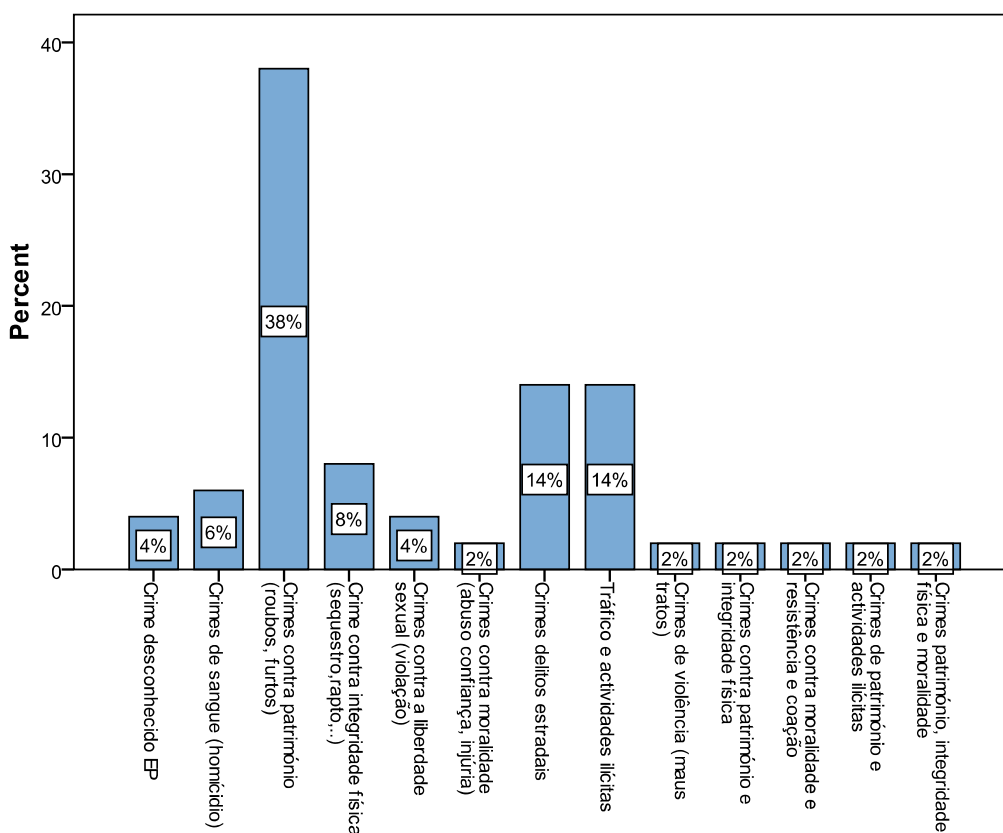


Gráfico 4: Distribuição dos reclusos segundo o primeiro tipo de delito cometido

4.2 Caracterização do QUESTIONÁRIO PBI

Na amostra em estudo o questionário PBI demonstrou, para os 50 itens que compõem o instrumento, uma boa consistência interna medida pelo coeficiente *alpha* de Cronbach (0,776).

Tabela 8: Estatística de Fiabilidade

<i>Alpha</i> de Cronbach	Número de Itens
0,776	50

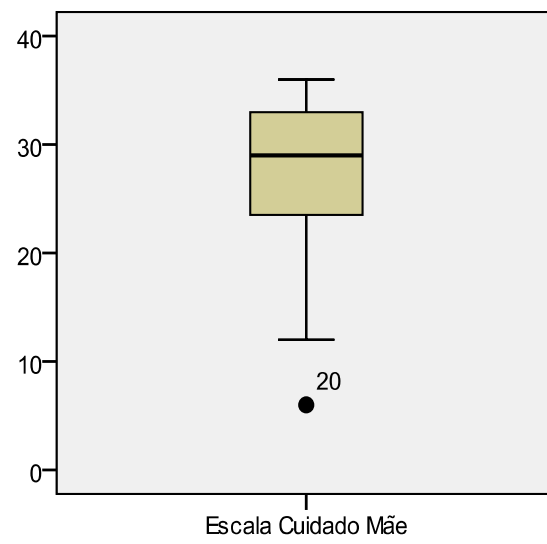
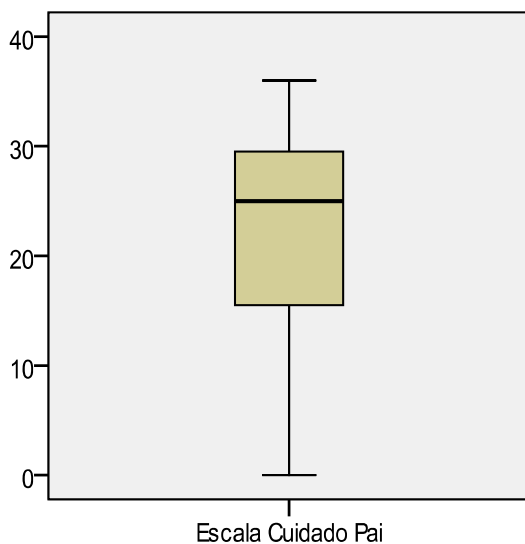
O questionário PBI da percepção dos reclusos face ao cuidado e superprotecção dos pais na juventude revelam índices médios de cuidado relativamente às mães de 27 pontos e aos pais de 22 pontos e índices médios de superprotecção na ordem dos 16 pontos, como mostra a tabela 9. De salientar ainda que a escala de cuidado tem enviesamento negativo (pois o coeficiente assimetria=-0,443 e -1,065), enquanto a escala de superprotecção apresenta enviesamento positivo (coeficiente de assimetria=0,110 e 0,416).

Tabela 9: Estatísticas descritivas associadas às escalas de Cuidado e Superprotecção do PIB

		Cuidado Pai	Cuidado Mãe	Superprotecção Pai	Superprotecção Mãe
N	Valido	43	47	45	47
	Omisso	7	3	5	3
Média		21,5	26,9	16,6	16,1
Mediana		24	29	17	15
Moda		29	29	8	14
Desvio padrão		10,1	6,9	7,4	7,8
Coeficiente de Assimetria		-0,443	-1,065	0,110	0,416
Erro padrão da Assimetria		0,361	0,347	0,354	0,347
Mínimo		0	6	1	1
Máximo		36	36	31	38
Percentis	25	15	23	11,5	11
	50	24	29	17	15
	75	29	33	22	22

Para melhor descrever cada uma das escalas apresenta-se de seguida os diagramas de extremos e quartis, que permitem observar graficamente as estatísticas 1º quartil, mediana, 3º quartil, os valores máximos e mínimos e eventuais *outliers* para cada escala. Assim, para os pais, os valores da escala de cuidado variaram entre os 0 e os 36 pontos e os valores da escala de superprotecção variaram entre o 1 e os 31 pontos. Já para as mães, os valores da escala de cuidado variaram entre os 6 e os 36 pontos e os valores da escala de protecção entre o 1 e os 38 pontos.

Considerando os pontos de corte de cada escala, para cada uma das figuras parentais, verifica-se que 50% dos pais apresentam valores acima do ponto de corte na escala de cuidado. Existe uma maior percentagem de mães com valores altos de cuidado, comparativamente com os pais. No que se refere à escala de superprotecção, verifica-se que 75% dos pais apresentam valores desta escala acima dos 11,5 e 75% das mães valores superiores a 11 pontos.



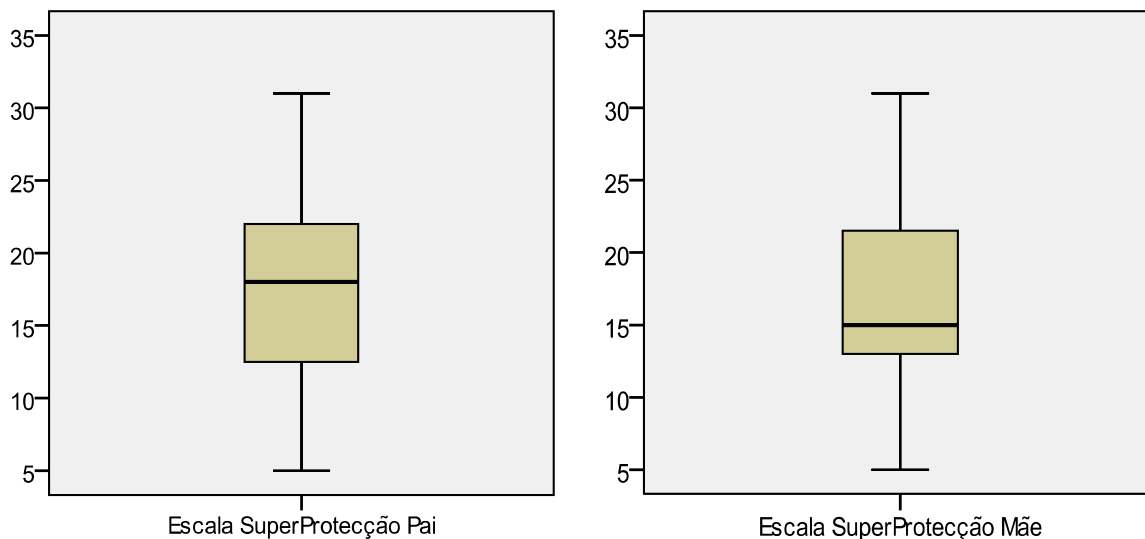


Gráfico 5: Diagramas de Extremos e Quartis das Escalas de Estilos Parentais

Aplique-se para cada uma das escalas construídas os pontos de corte mencionados no ponto 3.2.1, de modo a classificar os níveis de cuidado e superprotecção em duas categorias: elevado e baixo. Através desta transformação é possível classificar a percepção do recluso relativamente ao estilo parental dos pais em quatro categorias: controlo afectivo, controlo sem afecto, cuidado óptimo e negligente.

Pela análise das tabelas 10 e 11, é possível concluir que os reclusos têm uma percepção elevada de cuidado e superprotecção na relação com as mães e uma percepção de cuidado baixo e superprotecção elevada no seu relacionamento com os pais. De facto, 39,1% dos reclusos percebem a existência de um controlo afectivo por parte das mães e 46,5% dos reclusos percebem um controlo sem afecto por parte dos pais.

Relativamente aos restantes estilos parentais verifica-se que apenas cerca de 8% dos reclusos têm uma percepção negligente relativamente às figuras materna e paterna.

De salientar ainda que somente 19% dos reclusos percebem os pais como tendo um estilo parental de cuidado óptimo.

Tabela 10: Tabela de contingência – Cuidado mãe * Superprotecção mãe

			Superprotecção Mãe		Total
			Baixo	Elevado	Baixo
Cuidado Mãe	Baixo	N	4	15	19
		% do Total	8,7%	32,6%	41,3%
	Elevado	Count	9	18	27
		% do Total	19,6%	39,1%	58,7%
Total		Count	13	33	46
		% do Total	28,3%	71,7%	100,0%

Tabela 11: Tabela de contingência – Cuidado pai * Superprotecção pai

			Superprotecção Pai		Total
			Baixo	Elevado	Baixo
Cuidado Pai	Baixo	N	3	20	23
		% do Total	7,0%	46,5%	53,5%
	Elevado	N	8	12	20
		% do Total	18,6%	27,9%	46,5%
Total		N	11	32	43
		% do Total	25,6%	74,4%	100,0%

Analise-se agora se os níveis de cuidado e superprotecção são independentes do sujeito parental.

Tabela 12: Percepção de Cuidado e Superprotecção segundo os Pais

	Teste de Qui-quadrado corrigido		
	χ^2	gl	p-valor (sig)
Cuidado×Pais	6,547	1	0,011*
Superprotecção×Pais	12,503	1	0,000*

*p<0.05

A estatística de teste encontrada e a respectiva probabilidade de significância (p-valor) permitem concluir pela rejeição da hipótese nula de que a percepção dos reclusos face ao cuidado e à superprotecção sentidos na juventude ser idêntica para os pais e mães. Isto significa que existem diferenças estatisticamente significativas entre estilos parentais face aos sujeitos parentais. Consta-se que existe controlo afectivo associado à figura da mãe e um controlo sem afecto associado à figura do pai.

4.3 A associação entre antecedentes individuais e familiares desviantes e os estilos parentais percebidos pelos reclusos

Analise-se agora se existe associação entre a relação parental percebida dos reclusos e as suas características sócio-demográficas e criminais.

Pela análise da tabela 13 é possível concluir, com probabilidade de erro de 5%, que existem diferenças estatisticamente significativas para a escala de superprotecção da mãe segundo a reincidência (pois $p\text{-valor}=0,041 < 0,05$). A tabela 14 apresenta ainda o número de indivíduos reincidentes ou não por cada escala e a ordem média de cada escala. Assim, conclui-se que os reclusos reincidentes apresentam um valor médio mais elevado na escala de superprotecção das mães do que os não reincidentes.

Tabela 13: Teste Mann-Whitney para comparação de Médias das Escalas de Cuidado e Superprotecção segundo Reincidência

	Escala Cuidado Pai	Escala Cuidado Mãe	Escala SuperProtecção Pai	Escala SuperProtecção Mãe
Mann-Whitney U	177,500	224,000	223,000	180,000
Wilcoxon W	430,500	500,000	499,000	480,000
Z	-1,301	-1,111	-,682	-2,048
Sig. Assimp. (2-tailed)	0,193	0,267	0,495	0,041*

* $p < 0,05$

Tabela 14: Médias das Escalas de Cuidado e Superprotecção segundo Reincidência

	Reincidência	N	Média por Grupo
Escala Cuidado Pai	Não reincidente	21	24,55
	Reincidente	22	19,57
	Total	43	
Escala Cuidado Mãe	Não reincidente	24	26,17
	Reincidente	23	21,74
	Total	47	
Escala SuperProtecção Pai	Não reincidente	23	21,70
	Reincidente	22	24,36
	Total	45	
Escala SuperProtecção Mãe	Não reincidente	24	20,00
	Reincidente	23	28,17
	Total	47	

As tabelas 15 e 16 resumem as estatísticas de teste e respectivo p-valor associados à aplicação do teste de qui-quadrado para as quatro categorias que compõem o estilo parental segundo o tipo de crime.

Tabela 15: Percepção de cuidado dos pais segundo características dos reclusos

	Cuidado percebido		
	χ^2	gl	p-valor (sig)
Crime*Cuidado Pai	7,441	10	0,683
Crime*Cuidado Mãe	8,120	10	0,617

*p<0.05

Tabela 16: Percepção de superprotecção dos pais segundo características dos reclusos

	Protecção percebida		
	χ^2	gl	p-valor (sig)
Crime*Superprotecção Pai	8,799	10	0,551
Crime*Superprotecção Mãe	16,431	9	0,058

*p<0.05

Pela análise das tabelas é possível concluir, com probabilidade de erro de 5%, que as quatro categorias diferentes de estilo parental não exercem uma influência estatisticamente significativa sobre variáveis tipo de crime. Isto significa que não é possível associar à gravidade do crime um tipo de estilo parental mais frequente ou, dito de outro modo, concluiu-se que a incidência do tipo de crime é idêntica para os diferentes estilos parentais.

Teste-se ainda se a reincidência e o tipo de crime diferem segundo o meio de proveniência dos reclusos (meio urbano ou meio rural).

Tabela 17: Reincidência e Tipo de crime segundo o Meio de Proveniência

	Teste de Qui-quadrado		
	χ^2	gl	p-valor (sig)
Tipo de Crime*Meio	20,538	10	0,025*
Reincidência*Meio	1,426	1	0,232

*p<0.05

Pela análise da tabela 17, verifica-se que a ocorrência de um crime depende da zona de residência do recluso (pois p-valor=0,025<0,05). O mesmo não acontece com a reincidência, uma vez que p-valor=0,232>0,05. Deste modo, conclui-se que a reincidência é independente da zona de residência.

Por último, interessa ainda avaliar o grau de associação entre características individuais dos reclusos e o percurso de outros membros da família, no desenvolvimento de um comportamento criminal.

Tabela 18: Correlação entre Características Individuais dos reclusos e Antecedentes familiares

Coefficiente de correlação de Spearman	Família Consumo álcool	Família drogas	Família Antecedentes criminais	Recluso Consumo de drogas	Recluso Consumo de bebidas alcoólicas
Família Consumo álcool	1,000				
Família drogas	,264	1,000			
Família Antecedentes criminais	,165	,645**	1,000		
Recluso Consumo de drogas	-,088	,313*	,361*	1,000	
Recluso Consumo de bebidas alcoólicas	,338*	,056	,123	-,315*	1,000

A tabela 18 mostra a correlação entre o consumo de álcool, drogas, antecedentes criminais da família. Verifica-se que existe uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre a existência de antecedentes criminais na família e o consumo de drogas por elementos da família ($r=0,645$) e pelo recluso ($r=0,361$). Há também uma correlação significativa entre o consumo de drogas pelo recluso e o consumo de drogas na família ($r=0,313$). O mesmo sucede para a relação entre o consumo de bebidas alcoólicas na família e pelos reclusos.

A tabela 19 mostra a correlação entre a idade dos reclusos e o tempo de pena e a idade com a reincidência. Só se verifica uma associação estatisticamente significativa entre a idade e o tempo de pena ($r=-0,327$, $p\text{-valor}<0,05$). Deste modo, constata-se que os reclusos com mais idade são os que estão a cumprir penas mais reduzidas. A associação entre idade e o tipo de crime cometido também não se mostrou estatisticamente significativa.

Tabela 19: Correlação entre a Idade dos reclusos e o tempo de pena e reincidência

		Idade	Tempo de pena	Número de prisões
Coeficiente de Correlação de <i>Pearson</i>	Idade	1,000	-0,327*	0,250
	Tempo de pena	-0,327*	1,000	0,000
	Número de prisões	0,250	0,000	1,000

4.4 A influência dos estilos parentais no desenvolvimento do comportamento criminal dos reclusos

O modelo de regressão é um dos métodos estatísticos mais usados para investigar relação entre variáveis. O modelo em estudo visa a predição da variável dependente número de prisões em função das várias variáveis independentes - percepção dos estilos parentais.

Na tabela 20 apresenta-se um sumário do modelo de regressão. Neste sentido, é apresentado o coeficiente de correlação múltipla (R), o coeficiente de determinação (R^2) e o coeficiente de determinação ajustado (R_a^2). O coeficiente de determinação é usado como medida de qualidade do ajuste. O R^2 é 0,451, ou seja, pode-se afirmar que 45% da variabilidade total é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo de regressão linear ajustado.

Tabela 20: Síntese do modelo de regressão

Modelo	R	R^2	R_a^2	Erro Padrão da Estimativa
1	,672 ^a	,451	,387	,982

a. Predictors: (Constant), Escala SuperProtecção Mãe, Escala Cuidado Pai, Escala Cuidado Mãe, Escala SuperProtecção Pai

A tabela da ANOVA permite testar a significância do modelo ajustado, isto é, permite avaliar se de facto alguma das variáveis independentes pode ou não influenciar a variável dependente. A estatística de teste F é 6,989, com um p-valor associado de 0,000. Pode-se, neste sentido, concluir que pelo menos uma das variáveis independentes possui um efeito significativo sobre a variável dependente, ou seja, indica que o modelo de regressão em estudo é significativo.

Tabela 21: Análise de Variância (ANOVA) da Regressão

Modelo		Soma de Quadrados	gl	Quadrados Médios	F	p-valor
1	Regressão	26,958	4	6,740	6,989	,000 ^a
	Resíduos	32,785	34	,964		
	Total	59,744	38			

a. Predictores: (Constante), Escala SuperProtecção Mãe, Escala Cuidado Pai, Escala Cuidado Mãe, Escala SuperProtecção Pai

b. Variável dependente: Número de prisões

Tabela 22: Coeficientes da regressão para o modelo

Modelo		Coeficientes não Padronizados		Coeficientes Padronizados	t	p-valor
		B	Erro Padrão	Beta		
1	(Constant)	3,631	,890		4,080	,000
	Escala Cuidado Pai	-,027	,017	-,229	-1,628	,113
	Escala Cuidado Mãe	-,037	,024	-,220	-1,523	,137
	Escala SuperProtecção Pai	-,177	,041	-,974	-4,340	,000
	Escala SuperProtecção Mãe	,173	,041	,947	4,193	,000

a. Variável Dependente: Número de prisões

O principal objectivo da regressão é a estimação dos parâmetros desconhecidos. A tabela 22 contém as estimativas dos parâmetros e respectivas estimativas do erro padrão, as estimativas dos coeficientes padronizados, o valor da estatística t-Student e o respectivo p-valor.

Analisando esta tabela, pode concluir-se que para níveis de significância 5% apenas as variáveis escala de superprotecção de pais e mães afectam significativamente a variável número de prisões dos reclusos (isto é, para estas variáveis p-valor é inferior a 0,05).

É possível ainda constatar que, perante as estimativas obtidas dos coeficientes padronizados, quanto maior for a pontuação na escala de superprotecção do pai menor é, em média, o número de prisões do recluso. Isto é, verifica-se que por cada unidade adicional da escala de superprotecção dos pais, decresce em média 0,177 o número de prisões. O contrário sucede com a escala de Superprotecção das Mães. Quanto maior é a escala de protecção percebida relativamente às mães, maior é o número médio de prisões registado pelos reclusos.

CAPÍTULO V

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A caracterização da amostra permitiu concluir que dos 50 reclusos em estudo, a maior parte apresenta habilitações literárias mínimas. Em relação à escolaridade, Massuqueto, Postiglioni & Brandalise (2010) constataram no seu estudo que a maioria dos adolescentes deixaram a escola após o 1º ciclo do Ensino Básico, na transição entre a fase de ser criança e a passagem à adolescência. Este tipo de abandono, segundo os mesmos autores, reflecte o fosso entre idade e escolarização, uma vez que a escola é considerada como um espaço de formação humana, que prevê a integração social, a troca de experiências, e a preparação para a vida futura.

Os autores referidos anteriormente, concluem que a saída precoce da escola é factor de risco para o contacto e/ou consumo de drogas e conseqüente envolvimento em actos de infracção.

Vários estudos evidenciaram que os jovens mais atrasados na escola viviam no seio de famílias mais problemáticas. *“As crianças vivem num clima afectivo que transmite pouca segurança, com uma orientação pedagógica não estruturada e ofertas intelectuais pouco estimulantes. Neste quadro, desenvolvem características psicológicas que a literatura alia frequentemente à delinquência.”* (Walgrave, 1992, p. 75).

Apesar da maioria dos reclusos serem provenientes de famílias nucleares, estas famílias apresentam um percurso onde se registam condutas desviantes (consumo de drogas, álcool, pequenos delitos) o que pressupõe tratar-se de famílias desestruturadas e disfuncionais. Armenta, Escobar & Méndez (2003) referem no seu estudo que um ambiente familiar inadequado reflecte-se no comportamento anti-social dos filhos. Massuqueto, et al. (2010) verificaram no seu estudo que o envolvimento de membros da família no tráfico de drogas, como pais e irmãos, é um factor de risco considerável, uma vez que os adolescentes destas famílias acabam por reproduzir estes padrões de comportamento dos familiares e do meio social no qual estão inseridos. O estudo de Massuqueto, et al. (2010), também revela a existência de pais que estão envolvidos ou já se envolveram com algum tipo de crime ou contravenção, com consumo excessivo de álcool e drogas. Estes autores consideram que o alcoolismo dos pais pode aumentar a agressividade sobre os filhos, praticando violência física e psicológica, como tal, os mesmos autores consideram que estas características dos pais podem comprometer as suas funções parentais no controlo, na

disciplina, na educação e no envolvimento com os filhos, existindo uma predisposição de os filhos apresentarem problemas de conduta e de relacionamento com o meio social.

Sheldon e Glueck (1950, *in* Born, 2005) observaram o percurso de outros membros da família de jovens delinquentes, verificando que há sinais patológicos na geração dos avós (atraso mental, alcoolismo, perturbações afectivas, delinquências) e também uma maior delinquência dos irmãos e irmãs dos delinquentes. Estes autores referem ainda que a ausência do pai é significativamente mais frequente nas famílias dos delinquentes. Baker, Keck, Mott & Quinlan (1993) consideram que a ausência da figura paterna tem um forte impacto negativo. Os mesmos autores referem que os rapazes são mais afectados do que as raparigas, pela ausência do pai na família, com tendência para apresentar problemas de comportamento. Os resultados encontrados na análise relativamente à frequência das visitas da figura paterna à instituição prisional dão alguma sustentação a esta afirmação. Também Cusson (1990) considera que o controlo interno numa família impõe-se como evidente, constatando frequentemente nas famílias de jovens delinquentes que as relações entre pais e filhos estão degradadas, que a comunicação entre os membros da família está em ponto morto.

Diversos estudos (Biron & Le Blanc, 1977; Cernkovich & Giordano, 1987; Fagan & Wexler, 1987; Laub & Sampson, 1988; Le Blanc & Ouimet, 1988; Hagan, 1989; Entner Wright, Caspi, Moffitt, Miech & Silva, 1999, entre outros) concluem também que as características estruturais da família têm um efeito indirecto na conduta delinvente, sendo o seu impacto mediado pelas características funcionais da família ou por outros aspectos da vida familiar (Le Blanc & Janosz, 2002). Farrington (2004) num dos seus estudos constatou que a condenação dos pais também predizia a delinquência por parte dos filhos, ou seja, o facto de um pai ter sido condenado predizia uma maior probabilidade do filho vir a ser condenado. O estudo de Farrington (2004) sugere que um rapaz proveniente de uma família conhecida pela sua actividade criminal teria maior probabilidade de ser condenado que um rapaz igualmente delinvente de uma família não criminal. O mesmo autor refere que a condenação de um dos progenitores aparecia associada com a supervisão parental inadequada. Farrington (2004) reforça ainda que a supervisão parental inadequada pode ter uma ligação na cadeia causal entre pais e filhos condenados.

De facto, encontramos resultados que sustentam que existe uma correlação significativa entre o comportamento criminal dos reclusos e antecedentes familiares associados ao consumo de drogas, de bebidas alcoólicas e antecedentes criminais.

A idade dos indivíduos em estudo varia entre os 20 e os 61 anos de idade. Existe uma correlação estatisticamente significativa associada à idade dos reclusos e ao tempo da pena. Conclui-se que os reclusos com idades mais avançadas são os que estão a cumprir penas mais reduzidas. Não se encontraram diferenças estatisticamente significativas face à incidência do tipo de crime segundo a idade dos reclusos. Estes resultados não indicam que os reclusos mais novos cometam crimes com maior gravidade, mas que deve haver um efeito associado à reincidência do mesmo tipo de crime. Glueck & Glueck (1940, *in* Patterson & Yoerger, 2002) mostraram que existe uma relação entre idade e crime, defendendo que o início precoce da delinquência era uma variável fundamental para a predição, a longo prazo, das suas consequências negativas: quanto mais cedo começassem esses comportamentos, piores seriam os seus efeitos.

Os resultados demonstram ainda que existe uma incidência significativamente diferente relativamente ao tipo de crime dada a proveniência, urbana ou rural, do recluso. Este resultado corrobora as evidências já encontradas noutros estudos. Por exemplo, Szabo (1960, *in* Born, 2005) refere que a urbanização tem uma influência muito relativa no nível de delinquência na Bélgica. A atribuição do factor criminogéneo concedido às regiões urbanas não se mostrou constante: algumas cidades apresentaram um alto nível de criminalidade e outras não. Porém, a hipótese segundo a qual a natureza e a frequência da criminalidade são diferentes na cidade e no campo não deve ser rejeitada. O mesmo autor considera que ela deve ser apenas matizada em alguns aspectos: a) o factor geográfico propriamente dito não parece ter influência no nível da delinquência; b) a influência da urbanização na delinquência não é muito elevada, uma grande parte deve-se à influência de outros factores; c) certos tipos de delitos e certas características são mais frequentes na cidade como: delitos contra a família, reincidência, gravidade das penas, etc. d) o papel criminogéneo do meio urbano parece ser menos importante presentemente do que era no final do século passado. Isto pode explicar-se porque: a integração mais avançada da sociedade urbana contemporânea e a diminuição da antinomia cidade-campo. Goethals (1995) também estudou a taxa de delinquência na Bélgica, de 1983 a 1993, realizando uma comparação sistemática entre a cidade e o campo. Ele não verifica qualquer diferença significativa entre estas

duas entidades ao nível da delinquência sexual e dos roubos. Verifica, no entanto, que nos meios urbanos existe um aumento dos ataques à mão armada.

De acordo com a percepção retrospectiva dos reclusos, os resultados do questionário PBI, confirmam a existência de diferenças estatisticamente significativas nas escalas de Cuidado e Superprotecção face às figuras paterna e materna. Mais, considerando os pontos de corte das duas escalas, para pais e mães, conclui-se que existe um controlo afectivo associado à figura da mãe e um controlo sem afecto associado à figura do pai. No estudo original do PBI (Parker, Tupling & Brown, 1979) os sujeitos em estudo manifestaram também uma percepção relativamente ao estilo parental da mãe mais cuidadosa e mais protectora. Também Cubuis, Lewin & Dawes (1989), concluíram num estudo aplicado a adolescentes que as mães expressam um maior cuidado e um maior controlo do que os pais.

Quando se tentou prever o desenvolvimento do comportamento criminal dos reclusos em função dos estilos parentais na infância, concluiu-se que quanto mais elevada é a pontuação na escala de superprotecção percebida dos reclusos relativamente às mães, maior é o número médio de prisões (0,173) registadas pelos reclusos. Já quanto mais elevada é a pontuação na escala de superprotecção do pai, menor é em média (0,177) o número de prisões dos reclusos.

Conclui-se que os reclusos reincidentes (mais de uma prisão) apresentam um valor médio mais elevado na escala de superprotecção das mães do que os reclusos não reincidentes.

Vários autores encontraram evidências nos seus estudos para a existência de uma correlação estatisticamente significativa entre a delinquência ou comportamentos desviantes e os estilos percebidos como cuidado parental e superprotecção. Por exemplo, Mak referido por Parker (2009) concluiu que a delinquência está significativamente associada com baixos cuidados maternos e paternos e altas pontuações em protecção maternas e paternas. Os quatro quadrantes ou grupos de estilos parentais diferiram significativamente nos níveis de envolvimento delinvente. O autor concluiu que o grupo de controlo sem afecto relatou significativamente mais delinquência do que o grupo de cuidado óptimo; apoiar o argumento de que a negligência parental combinada com a superprotecção pode ser prejudicial.

Rey & Plapp (1990) comparam as pontuações do PBI entre adolescentes que receberam um único diagnóstico do DSM-III-R Eixo I, diagnóstico de comportamento de oposição (n = 49) ou desordem de conduta (n = 62), e controles normais (n = 763). Adolescentes com um diagnóstico de comportamento de oposição e desordem de conduta, percebem os seus pais como pais que

cuidam muito menos, e são mais superprotectores do que o normal. Não houve diferença entre os dois grupos clínicos na percepção dos seus pais. Além disso, os adolescentes de controlo normais relataram um “cuidado óptimo” tão frequentemente como os adolescentes de ambos os grupos clínicos. Este último não foi diferente, com metade dos casos a relatar “controlo sem afecto”.

No que diz respeito à influência dos diferentes estilos parentais na gravidade ou tipo de crime, não se encontraram evidências estatisticamente significativas que dêem sustentação às hipóteses de: um tipo de crime estar associado ou a um tipo de estilo parental negligente ou de controlo sem afecto; e um tipo de crime menos grave estar associado ou a um tipo de estilo parental de cuidado óptimo ou a um controlo afectivo.

Este estudo mostrou-se muito pertinente uma vez que vem corroborar a ideia de que a família continua a assumir um papel fulcral como agente de socialização e de transmissão de valores. A família e a conduta delinvente continuam a estimular o interesse por parte dos especialistas em ciências sociais e humanas, sejam psicólogos, sociólogos, técnicos de serviço social, psiquiatras, criminólogos ou educadores. A sua contextualização com o sistema prisional é um tema relevante e actual.

CONCLUSÃO

A presente investigação procurou contribuir para um conhecimento mais aprofundado dos diferentes estilos parentais no desenvolvimento do comportamento criminal de reclusos e melhor compreender o efeito das relações familiares em grupos ditos de risco.

Como principais conclusões deste estudo destacam-se: de acordo com a percepção retrospectiva dos reclusos, os resultados do questionário PBI, confirmam a existência de diferenças estatisticamente significativas nas escalas de Cuidado e Superprotecção face às figuras paterna e materna. Mais, considerando os pontos de corte das duas escalas, para pais e mães, conclui-se que existe um controlo afectivo associado à figura da mãe e um controlo sem afecto associado à figura do pai.

Relativamente ao desenvolvimento do comportamento criminal dos reclusos em função dos estilos parentais na infância, concluiu-se que quanto mais elevada é a pontuação na escala de superprotecção percebida dos reclusos relativamente às mães, maior é o número médio de prisões registadas pelos reclusos. Já quanto mais elevada é a pontuação na escala de superprotecção do pai, menor é em médio o número de prisões dos reclusos.

Conclui-se que os reclusos reincidentes (mais de uma prisão) apresentam um valor médio mais elevado na escala de superprotecção das mães do que os reclusos não reincidentes.

Encontramos ainda resultados que sustentam que existe uma correlação significativa entre o comportamento criminal dos reclusos e antecedentes familiares associados ao consumo de drogas, de bebidas alcoólicas e antecedentes criminais.

Como limitações ao estudo referem-se: a avaliação da criminalidade ser apenas efectuada ao nível da consulta de processos institucionais, constituindo uma limitação ao enriquecimento dos dados; e a existência de uma reduzida diversidade sócio-demográfica, podendo ter sido consideradas outras variáveis de diferente natureza (e. g. situação económica, estabilidade da residência, qualidade do *habitat*). Outra das limitações a considerar é a confiabilidade das memórias, tendo em conta o factor temporal, os traços de personalidade e os estados de humor no que diz respeito às recordações de vivências passadas dos reclusos com os seus cuidadores.

Salienta-se como sugestões para estudos posteriores: a análise do processo de transmissão geracional dos estilos parentais (partindo de uma amostra representativa dos pais dos reclusos, verificar se os estilos parentais são ou não mantidos pelos filhos ao longo da árvore genealógica);

salienta-se também a utilização de amostras de maiores dimensões para tornar o estudo mais consistente; e a relevância do estudo de uma amostra representativa de reclusas, para analisar as diferenças de género.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agra, C. & Matos, A. (1997). *Droga – crime, trajectórias desviantes*. Ministério da Justiça: Gabinete de planeamento e de coordenação do combate à droga.
- Almeida, L. & Freire, T. (2007). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. (4.^a edição). Psiquilibrios Edições.
- Armenta, M., Escobar, A. & Méndez, S. (2003). Predictores de la conducta antisocial juvenil: un modelo ecológico. *Estudios de Psicología*, 8 (1), 15-24.
- Arnold, D., O' Leary, S., Wolff, L. & Acker, M. (1993). The Parenting Scale: A measure of dysfunctional parenting in discipline situations. *Psychological Assessment*, 5 (2), 137-144.
- Baker, P., Keck, C., Mott, F. & Quinlan, S. (1993). *NLSY Child Handbook, revised edition: a guide to the 1986-1990 national longitudinal survey of youth*. Center for Human Resource Research, Ohio State University.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monographs*, 4 (4, Pt.2).
- Bandura, A. (1969). *Principles of behaviour modification*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Barton, K., Dielman, T., & Cattell, R. (1977). Child-rearing practices related to child personality. *The Journal of Social Psychology*, 101, 75-85.
- Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. (1.^a edição). Lisboa. Climepsi Editores.

- Cabral, M. (2002). *Introdução às probabilidades e estatística*. Centro de Estatística e aplicações da Universidade de Lisboa. Departamento de Estatística e Investigação Operacional. FCUL.
- Cubuis, J., Lewin, T. & Dawes, F. (1989). Australian adolescents: Perceptions of their parents. *ANZJ Psychiatry*, 23, 35-47.
- Cusson, M. (1990). *Le contrôle social du crime*. Paris : PUF.
- Dias, J. & Andrade, M. (1997). *Criminologia: o homem delinvente e a sociedade criminógena*. (2.^a edição). Coimbra Editora.
- Farrington, D. (2004). O Estudo de Desenvolvimento da Delinquência de Cambridge: principais resultados dos primeiros 40 anos. In: A., Fonseca (coord.). *Comportamento anti-social e crime*. Coimbra. Almedina.
- Farrington, D. (2005). Childhood origins of Antisocial Behavior. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 12, 177-190.
- Ferreira, P. M. (1997). *Delinquência juvenil, família e escola*. Análise social. Lisboa.
- Goethals, J. (1995). Crime and insecurity in the Belgian cities: The phenomenology of the problems. In: C., Fijnaut, J., Goethals, T., Peters & L., Walgrave (eds.). *Changement de société, crime et justice pénale en Europe*. (vol.1). Antuérpia: Kluwer Rechtswetenschappen Belgie.
- Goleman, D. (1995). *Emotional intelligence. why it can matter more than IQ*. New York: Bantam Books.
- Gonçalves, R. (2002). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Lisboa: Quarteto.

- Grych, J., Jouriles, E., Swank, P., McDonald, R. & Norwod, W. (2000). Patterns of adjustment among children of battered woman. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 68 (1), 84-94.
- Guimarães, R. C. & Cabral, J. A. (1997). *Estatística*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Howard, J. (1981). The expression and possible origins of depression in male adolescent delinquents. *ANZJ Psychiatr*, 15, 311-318.
- Lahey, B., Waldman, I. & McBurnett, K. (1999). Annotation: The development of antisocial behaviour, na integrative causal model. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 40 (5), 669-682.
- Le Blanc, M. & Janosz, M. (2002). Regulação familiar da conduta delinvente em adolescentes. In: A., Fonseca (coord.). *Comportamento anti-social e família*. Coimbra. Almedina.
- Maroco, J. (2003). *Análise estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS*. Edições Sílabo. 3ªEdição
- Massuqueto, M., Postiglioni, Z. & Brandalise, M. (2010). Avaliação da política de atenção ao adolescente autor de acto infracional: um estudo de caso. Disponível em: http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/.../avaliacao_da_politica_de_atencao_ao_adolescente.pdf
- Musitu, G., Estévez, E., Jiménez, T. & Herrero, J. (2007). Familia y conducta delictiva y violenta en adolescencia. In: S. Yubero, Larrañaga, E. & Blanco, A. (Coords.). *Convivir con la violencia*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

- Naplava, T. & Oberwittler, D. (2002). Factores familiares e delinquência juvenil – Resultados da investigação sociológica na Alemanha. In: A., Fonseca (coord.). *Comportamento anti-social e família*. Coimbra. Almedina.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquência juvenis. trajectórias, intervenções e prevenção*. Lisboa: Editorial Notícias.
- O' Leary, S., Smith, A. & Reid, J. (1999). A longitudinal study of mothers overreactive discipline and toddlers' externalizing behavior. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 27 (5), 331-341.
- Parker, G. (2009). The Parental Bonding Instrument. Disponível em: <http://www.blackdoginstitute.org.au/research/tools/index.cfm#PBI>
- Parker, G., Tupling, H. & Brown, L. (1979). A parental bonding instrument. *British Journal of Medical Psychology*, 53, 1-10.
- Patterson, G. & Yoerger, K. (2002). Um modelo desenvolvimental da delinquência de início tardio. In: A., Fonseca (coord.). *Comportamento anti-social e família*. Coimbra. Almedina.
- Pereira, A. (2004). *Guia prático de utilização do SPSS. Análise de dados para ciências sociais e psicologia*. (5ªEdição). Edições Sílabo, Lisboa
- Prinz, P., Onghena, P., Hellinckx, W., Grietens, H., Ghesquière, P. & Colpin, H. (2004). Parent and Child Personality Characteristics as Predictors of Negative Discipline and Externalizing Problem Behaviour in Children. *European Journal of Personality*, 18, 73-102.
- Reppold, C., Pacheco, J., Bardagi, M. & Hutz, C. (2002). Prevenção de Problemas de Comportamento e Desenvolvimento de Competências Psicossociais em Crianças e

- Adolescentes: Uma Análise das Práticas Educativas e dos Estilos Parentais. In: C., Hutz (Org.). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: Aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. Edição Casa do Psicólogo.
- Rey, J. & Plapp, J. (1990). Quality of Perceived Parenting in oppositional and Conduct disordered adolescents. *J Am. Acad. Child Adolesc. Psychiatry*, 29 (3), 382-385.
- Ribeiro, J. (2007). *Avaliação em psicologia da saúde. Instrumentos publicados em português*. Coimbra. Quarteto.
- Sampaio, I. (2007). Inventário de Estilos Parentais (IEP): um novo instrumento para avaliar as relações entre pais e filhos. *Psico-USF*, 12 (1), 125-126.
- Sánchez, M., Zapata, J., León, J. & Fabián, M. (2008). Crianza y consumo de drogas en una población de adolescentes de un suburbio de Lima Ciudad. *Rev. Enferm. Herediana*, 01 (1), 57-61.
- Teixeira, M. & Lopes, F. (2005). Relações entre estilos parentais e valores humanos: um estudo exploratório com estudantes universitários. *Aletheia*, 22, 51-62.
- Weber, L., Prado, P., Viezzer, A. & Brandenburg, O. (2004). Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17 (4), 323-332.
- Vitali, I. (2004). “Como os nossos pais?” A transmissão intergeracional dos estilos parentais. Disponível em:
<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/1884/2394/1/Monografia%20Mestrado%20correta%2028%20nove>
- Walgrave, L. (1992). *Délinquance systematisée dès jeunes et vulnérabilité sociétale : Essai de construction d`une théorie intégrative*. Genebra, Médecine et hygiène.

ANEXOS

ANEXO 1

PBI

G. Parker. H. Tupling. L. B. Brow. 1979
Versão A. Baptista, 1986

NOME: _____ **DATA:** _____

ESTE QUESTIONÁRIO DESTINA-SE A AVALIAR O MODO COMO OS SEUS PAIS SE RELACIONAVAM CONSIGO NOS SEUS 16 PRIMEIROS ANOS DE VIDA (INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA ATÉ AOS 16 ANOS)

Para cada afirmação faça uma avaliação separada do comportamento do seu Pai e da sua Mãe. Coloque uma X num dos quadrados em frente a **Pai** para avaliar o comportamento do seu Pai e outra num dos quadrados em frente a **Mãe** para avaliar o comportamento da sua Mãe.

Por exemplo:

		Concordo	Concordo Moderadamente	Discordo Moderadamente	Discordo
Era simpático comigo.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

		Concordo	Concordo Moderadamente	Discordo Moderadamente	Discordo
1. Falava comigo em voz calma e amiga.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Não ajudou tanto quanto eu precisava.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Deixava-me fazer as coisas que eu gostava.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Parecia emocionalmente frio em relação a mim.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Parecia compreender os meus problemas e preocupações.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Era muito afectuoso para mim.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. Gostava que eu tomasse as minhas próprias decisões.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Não queria que eu me tornasse adulto(a).	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Tentava controlar tudo o que eu fazia.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Invadia a minha privacidade.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Gostava de conversar comigo.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Sorria-se para mim com frequência.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Costumava tratar-me como um bebé.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Não parecia compreender o que eu precisava ou queria.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Deixava-me decidir as coisas por mim mesmo.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Fazia-me sentir que não era desejado(a).	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Conseguia fazer-me sentir melhor quando estava perturbado.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Não conversava muito comigo.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Tentava fazer-me dependente dele(a).	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Pensava que eu não era capaz de tomar conta de mim próprio(a) se ela/ela não estivesse ao pé.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Dava-me toda a liberdade que eu queria.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Deixava-me sair quando eu queria.	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

23. Protegia-me excessivamente.	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Não me elogiava.	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. Deixava-me vestir como eu gostava.	Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ANEXO 2

Guião da Entrevista

Data da Entrevista:

Nome:

Idade:

Nível de Escolaridade:

Estado civil: solteiro___ casado___ divorciado___ viúvo___

Filhos:

Número de Irmãos:

Educado por: Pais___ Mãe___ Pai___ Outra Pessoa___ Instituição___

Zona de Residência: meio rural___ meio urbano___

1. Existe alguém na sua família que abuse ou já abusou de bebidas alcoólicas? Quem?

Sim___ Não___

2. Existe alguém na sua família que consome ou já consumiu substâncias psicoactivas/drogas?

Quem?

Sim___ Não___

3. Existe alguém na sua família que já tenha cometido algum tipo de delito pelo qual tenha tido problemas com a justiça? Quem?

Sim___ Não___

4. Com que idade cometeu o primeiro delito pelo qual tenha tido problemas com a justiça? Por exemplo, problemas com a polícia, ir a julgamento, ter estado institucionalizado. Que tipo de delito?

Idade___ Tipo_____

5. Consome ou já consumiu substâncias psicoactivas/drogas?

Sim___ Não___

6. Abusa ou já abusou de bebidas alcoólicas?

Sim___ Não___

7. Quem o vem visitar na instituição? Com que periodicidade?

Visitas	1 vez por semana	2 vezes por semana	Fim de semana	1 vez por mês	2 vezes por mês	3 em 3 meses	Natal / Páscoa	Visitas não regulares
Mãe								
Pai								
Irmãos								
Outros								

